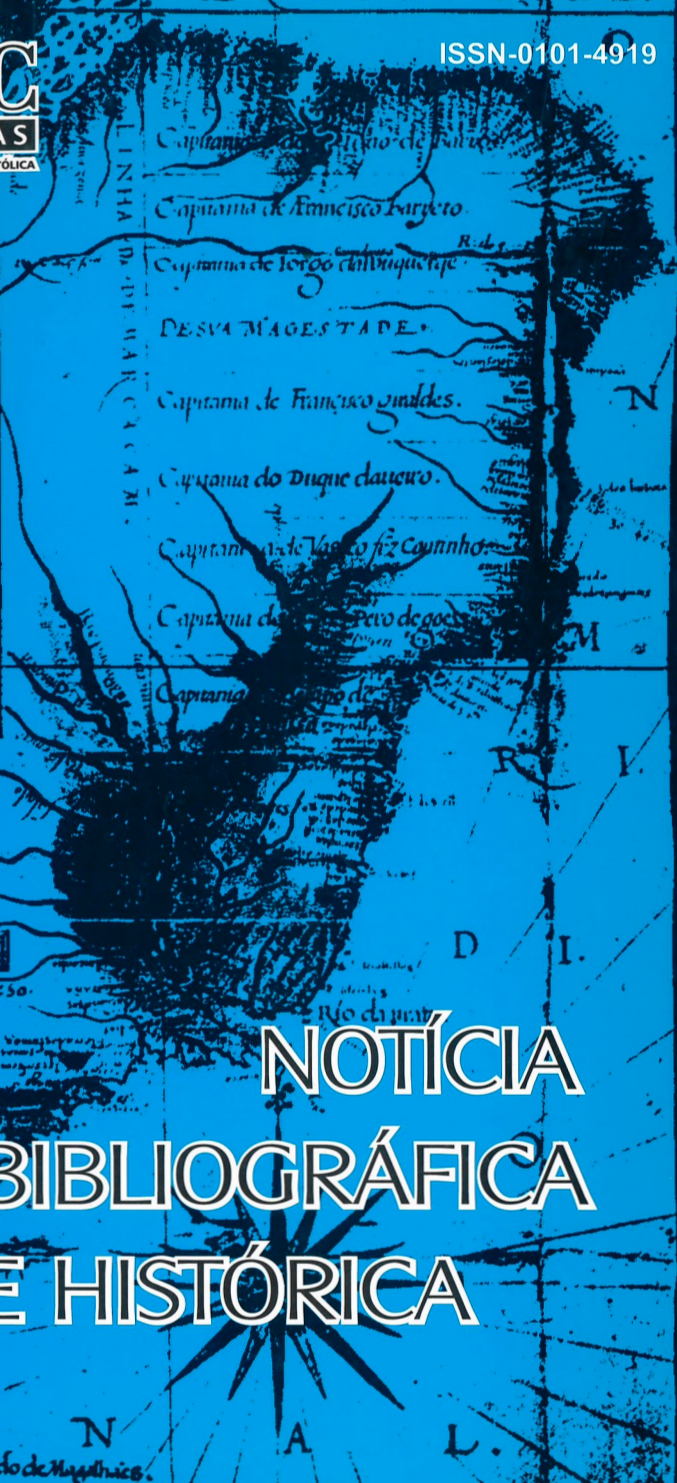


...e ditta ver melha  
 ...de paracim que  
 ...dos dom Fernando  
 ...o f. de Portugal  
 ... de Campinas que  
 ... com a terra de  
 ... nome de São  
 ... no do Cobimento  
 ... amos. Lau dis de Sua  
 ... a norma de magende  
 ... nesta dta dila  
 ... do Salador em te  
 ... red se somas sam  
 ... São Sebastião no  
 ... de São. qual dila  
 ... de governados. Me  
 ... de São. Capta  
 ... da de de tora dal  
 ... que mais. qual  
 ... tanto de in  
 ... ptanos pela colla de  
 ... São. tanto  
 ... am como na rep  
 ... a vna do P  
 ... on de Capitan  
 ... que de m  
 ... muy pouca de  
 ... e inoentes em  
 ... e as como del mag



NOTÍCIA  
BIBLIOGRÁFICA  
E HISTÓRICA

...one, requem-las por. 1. 10. 250.  
 ... de Fernando de Magalhães.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**GRÃO-CHANCELER**

Dom Gilberto Pereira Lopes

**MAGNÍFICO REITOR**

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

**VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

Prof. José Francisco Bernardes Veiga Silva

**VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS**

Prof. Carlos de Aquino Pereira

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

Prof.<sup>a</sup> Maria Salete Zulzke Trujillo

**Endereço para Correspondência:**

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica  
Caixa Postal 1539 - 13001-970 - Campinas, SP

# NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

**ODILON NOGUEIRA DE MATOS**

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

---

**ANO XXXIV - Nº 185 ISSN-0101-4919 ABRIL-JUNHO 2002**

---

## SUMÁRIO

Quatro titulares paulistas.....	95
Odilon Nogueira de Matos	
O Rio dos anos 20 visto por Ribeiro Couto .....	103
Vasco Mariz	
O positivismo na cultura brasileira .....	107
Miguel Reale	
Das Faculdades Campineiras de ontem à PUC de hoje .....	111
Dom Amaury Castanho	
Breve história do calendário .....	119
João Ribeiro Júnior	
Inconfidência Baiana, 1798: a primeira revolução social brasileira .....	127
Lêda Boechat Rodrigues	
Hércules Florence e a Zoofonia .....	137
Francisco Florence	

O processo da Inquisição de Lisboa n. 16.805.....	141
Luís Henrique Dias Tavares	
Açorianos em São Paulo (Nos Séculos XVI, XVII, XVIII E XIX) .....	145
Paulo Bomfim	
Herbert Baldus, etnólogo do Brasil.....	151
João Ricardo de Castro Caldeira	
Viva Verdi, um grito de guerra Homenagem ao primeiro centenário de Giuseppe Verdi (1823-1901).....	155
Hélcio Pupo Ribeiro	
Dom Bosco, o mensageiro da esperança.....	163
Arita Damasceno Pettená	
<b>Textos (Sugestões para seminários)</b>	
Dos danos que tem causado ao Brasil a cobiça depois do descobrimento do ouro (Antonil).....	167
Bárbaros na Península Ibérica e na África (Santo Isidoro).....	168
<b>De uma pasta de velhos recortes</b>	
Mentalidade do paulista setecentista .....	171
Aluísio de Almeida	
<b>Estrangeiros que escreveram sobre o Brasil</b>	
Hans Staden (Séc. XVI).....	177
<b>Seleta</b>	
Solenidades dos selvagens por ocasião da matança dos seus inimigos (Hans Staden) .....	179
<b>Rabiscos de um escrevinhador</b>	
386. Um sueco a quem o Brasil muito deve .....	183
387. Antigas fontes para a História Paulistana .....	184
388. Dom Duarte, Arcebispo e Historiador.....	186
389. Polígrafo de expressiva significação.....	187

# QUATRO TITULARES PAULISTAS

Odilon Nogueira de MATOS

Pretendemos apreciar nestas breves notas quatro titulares paulistas do Império: José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente (1803-1878), Antônio Joaquim da Rosa, Barão de Piratininga (1820-1886), Antônio Carlos de Arruda Botelho, Conde do Pinhal (1827-1901) e Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro (1816-1878). Damos, aqui, os títulos pelos quais se tornaram conhecidos, pois, com exceção de Piratininga, que não passou do baronato, os outros três foram anteriormente agraciados com títulos menores, como o de Visconde no caso de São Vicente, o de Barão no caso de Porto Seguro e os de Barão e Visconde, no caso de Pinhal.

## **MARQUÊS DE SÃO VICENTE**

Nascido na Capital, José Antônio Pimenta Bueno diplomou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. No começo de sua carreira diplomática (1843) foi enviado ao Paraguai, como encarregado de negócios, renovando em Assunção o reconhecimento da independência paraguaia e assinando um tratado de aliança, comércio e limites, não ratificado pelo Brasil. Em 1845 assinou protocolo sobre a navegação dos rios Paraguai e Uruguai, e sobre a intervenção do Brasil, juntamente com a França e a Inglaterra, para a pacificação do Prata. Presidiu as províncias de Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Deputado em 1843 e em 1847, foi depois (1853) eleito para o Senado como representante de São Paulo. Conselheiro de Estado em 1859. Ministro de Estrangeiros em 1848 e 1870. Abolicionista, foi o primeiro parlamentar a formular um conjunto de leis tendentes a eliminar o trabalho escravo no país.

Estes rápidos traços os biográficos, suficientes para justificar o reconhecimento a uma das grandes figuras do nosso passado, esconde, na singeleza das informações, um dos maiores juristas de nosso país, cuja obra jurídica foi, não diríamos propriamente eclipsada, mas ofuscada pela do político e do diplomata, uma vez que estas funções lhe deram maior projeção, tornando o seu nome vinculado a algumas questões com países vizinhos, questões de suma importância, sem dúvida, mas não suficientes, por si só, para o retrato de corpo inteiro do grande paulista.

Foram diversas e todas de suma importância as obras que publicou, sendo de salientar-se *Algumas observações acerca da divisa entre o Brasil e o Paraguai, Direito Internacional Privado e aplicação de seus princípios com referência às leis particulares do Brasil e Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*, inegavelmente seu trabalho mais importante, publicado em 1857. Quando do centenário de sua publicação mereceu reedição prefaciada pelo Ministro Seabra Fagundes, que lhe analisou o espírito e o valor, lembrando que o livro “se credencia, antes de tudo, pela fidelidade ao sentido impessoal e superior da ordem jurídica, pelo espírito crítico, desassombrado e lúcido, a serviço do aperfeiçoamento das instituições e, ainda, pela capacidade de dar vida aos textos na adequação deles ao estágio político e social do País da época”. E, de maneira mais incisiva, diz adiante: “Não estamos diante de um expositor de textos escritos, preso à frieza destes, senão de um crítico penetrante e esclarecido da dinâmica das instituições, empenhado em trazer à incipiente vida constitucional brasileira o sopro criador do respeito à ordem legal, quer pela seriedade da interpretação dos textos, quer pela convocação de cada um dos órgãos do poder público ao exercício desassombrado e eficiente de sua missão peculiar”.

Ao apresentar seu livro, Pimenta Bueno modestamente o dizia não destinado ao “uso das inteligências superiores familiarizadas com as ciências sociais”, mas apenas “a analisar os esforços dos brasileiros que dedicam-se ao estudo do direito”. No entanto – lembra

o prefaciador da segunda edição — seu mérito intrínseco era tal que ele foi desde logo, e até hoje, consagrado como básico para a compreensão das instituições políticas do Império e para a formação da consciência constitucional da Nação

## BARÃO DE PIRATININGA

Nascido em São Roque, em 1820, Antônio Joaquim da Rosa realizou os primeiros estudos em seu próprio lar, estudando posteriormente humanidades em Sorocaba. Sua vocação, entretanto, era inicialmente o comércio, o que o levou a abandonar os estudos regulares. Atraído pela política, elegeu-se vereador em 1845 e deputado provincial de 1850 a 1857. Em quatro outras ocasiões, de 1857 a 1878, elegeu-se deputado geral. Como vice-presidente, exerceu por alguns dias, em abril de 1869, o governo da Província de São Paulo. Ao mesmo tempo em que fazia política, dedicava-se à literatura e ao jornalismo, colaborando no “Diário Mercantil”, no “Correio Paulistano”, no “Almanaque Literário de São Paulo” (no qual publicou a maior parte de sua produção poética) e ainda na “Revista dos Novos” e no “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro. Deixou as novelas *A Assassina*, *A Feiticeira* e o romance *A cruz de cedro*. Como homem de empresa, pertenceu à primeira diretoria da Estrada de Ferro Sorocabana. Pelo decreto imperial de 13 de novembro de 1872, condecorou-o o Imperador com o mais paulista de todos os títulos: Barão de Piratininga.

Convém salientar que a literatura paulista do século XIX, julgada às vezes de maneira tão pouco favorável, teve no Barão de Piratininga um dos seus altos expoentes, razão pela qual seu nome foi lembrado, com toda a justiça, para patrono de uma das cadeiras da Academia Paulista de Letras, quando de sua fundação em 1909. Escolheu-o o seu conterrâneo Cláudio de Sousa, fundador e primeiro ocupante da cadeira posteriormente ocupada pelo campineiro José Pedro Leite Cordeiro e ocupando-a atualmente nosso preclaro confrade Erwin Theodor Rosenthal.

O “Correio Paulistano” de 28 de dezembro de 1886, noticiou da seguinte maneira o falecimento do Barão de Piratininga: “Faleceu ante-ontem na cidade de São Roque, na idade de 70 anos, o

comendador Antônio Joaquim da Rosa, Barão de Piratininga. Em São Roque onde nascera e sempre habitou o finado, causou esse sucesso sincero pesar em todas as classes sociais, segundo telegrama que dali recebemos. Tendo dedicado os primeiros anos de sua mocidade aos afanosos mistéres do comércio, neste adquiriu independência de fortuna, podendo, então, entregar-se com maior afinco a estudos de predileção de seu culto espírito e às exigências da política na qual representava as idéias conservadoras. Literato, distinguiu-se como poeta e romancista. As suas produções em ambos os gêneros foram sempre muito apreciadas e, apesar dos avançados anos e dos graves achaques da moléstia de que sofria, ainda nos últimos anos de sua existência dava provas de pertencer à grei dos escritores de boa têmpera. Político, foi um dos chefes do Partido Conservador na Província. Em nome das idéias do seu partido, ocupou vários cargos eletivos. Foi muitas vezes membro da Assembléia Provincial, dela tendo sido presidente e, em duas legislaturas, representou a província na Câmara dos Deputados. Na qualidade de vice-presidente, esteve na administração de São Paulo em 1869. A perda do ilustre paulista não pode deixar de ser sensível a todos os que presam as letras, a todos que combatem pelas idéias do conservadorismo e consagram sincera afeição à Província de São Paulo”.

Embora com repetição de informações anteriormente citadas, fizemos questão de transcrever o necrológio publicado pelo grande e saudoso órgão da imprensa paulistana, no qual tanto colaborou, para mostrar o apreço em que era tido na época o nobre titular que aqui reverenciamos. Sua obra, infelizmente, está esquecida, embora seu nome figure nos mais modernos dicionários literários. Mas a Academia Paulista de Letras, que tão empenhada está em reviver a cultura paulistana de outrora, como o demonstra a preciosa série de suas publicações, bem poderia fazer alguma coisa para tirar do esquecimento – reeditando alguns de seus livros – o modesto escritor provinciano agraciado pelo Imperador com o título evocativo da primitiva e quase lendária Piratininga.

## CONDE DO PINHAL

Depois de um jurista e um literato, volta-se nossa atenção, agora, para um legítimo bandeirante do século XIX. Sim, porque o bandeirismo não terminou com o descobrimento do ouro nas mais diversas regiões do país e nem com o afã da expansão geográfica de nossa terra. O espírito bandeirante permanece e aflora de maneira esplêndida com os povoadores do interior de São Paulo, com a abertura das grandes fazendas de café e com a construção das primeiras ferrovias.

E é como legítimo bandeirante desta nova modalidade que vemos a figura homérica do piracicabano Antônio Carlos de Arruda Botelho, Barão, Visconde com Grandeza e depois Conde do Pinhal, título com que passou à história paulista. Foi um dos pioneiros na introdução do trabalho livre na província, um dos fundadores do Banco de São Paulo e de diversas empresas de transporte ferroviário e é nesta última função que tivemos oportunidade de travar contato com o seu espírito empreendedor, quando preparávamos nosso livro sobre a evolução ferroviária de São Paulo. Ao Conde de Pinhal deve-se, inegavelmente, o prolongamento dos trilhos além de Rio Claro, cidade atingida pela Companhia Paulista em 1876. Militou também na política como deputado provincial e geral.

Enquadra-se o Conde do Pinhal na categoria que Afonso de Taunay denominava a “nobreza do café”, que constitui, de fato, um dos traços característicos da nobiliarquia brasileira. Homens que foram nobilitados não pelas suas origens, mas pelo seu valor pessoal, pela sua capacidade de trabalho, pelo seu espírito de iniciativa e sobretudo pela sua participação na vida social, econômica e política do país.

Se a nobilitação, a princípio, beneficiou os senhores de engenho do Nordeste e da Bahia, foi, depois, a vez dos fazendeiros de café, tantos e tantos foram os abridores de fazenda que mereceram as honras dos títulos nobiliárquicos, tanto na velha província fluminense, como no chamado “Norte de São Paulo” (o vale do Paraíba), na região do Centro-Oeste e depois no Oeste mais afastado. O caso de Pinhal, abrindo fazendas na região de São Carlos, cidade para cuja fundação e desenvolvimento muito contribuiu, é expressivo e nos mostra um legítimo representante paulista na mencionada nobreza do café.

## VISCONDE DE PORTO SEGURO

Para terminar nossa pequena, mas valiosa galeria, um dos nossos maiores historiadores. Trata-se de Francisco Adolfo de Varnhagen, “natural de Sorocaba”, como ele declarava em seus escritos, mas na realidade nascido na fábrica de ferro de Ipanema, da qual seu pai, Frederico Luís Guilherme Varnhagen, era o diretor.

Era o velho Varnhagen um dos muitos técnicos europeus (alemães e suecos, principalmente) contratados por D. João VI quando desejou pôr em prática seu plano de início da industrialização do Brasil. Embora alemão, viera de Portugal, onde desempenhara idêntico mistér, e pouco depois de 1820 retornou à terra lusitana, levando o rebento que aqui nascera de seu casamento com a portuguesa Maria Flávia de Sá Magalhães. Na antiga metrópole realizou nosso futuro historiador toda a formação cultural, graduando-se também em engenharia em 1840. Quatro anos depois estava de novo no Brasil, sendo admitido como Oficial do Corpo de Engenharia do Exército Brasileiro. Antes, quando ainda em Portugal, já havia ingressado para o serviço diplomático, representando nosso país em diferentes nações, começando pelo próprio Portugal e realizando variada trajetória por Espanha, Chile, Peru, Paraguai, Venezuela, Equador e finalmente Áustria, onde faleceu como ministro plenipotenciário em 1878.

Nos países mais vinculados ao Brasil – Portugal, Espanha, Áustria – além de funções diplomáticas, desenvolveu Varnhagen extensa tarefa de pesquisa nos arquivos, à procura de documentos que pudessem interessar à nossa história. O que, nesse sentido e para a época, representa o trabalho de Varnhagen tem sido salientado por todos os que têm escrito sobre ele, quer Rodolfo Garcia, que lhe reeditou a obra, quer José Honório Rodrigues, que lhe editou a correspondência, e que, em mais de um passo de seus excelentes estudos de historiografia ocupou-se do historiador de Sorocaba. Produto desse trabalho extraordinário é a *História Geral do Brasil*, publicada em 1854 e reeditada freqüentes vezes, devendo-se notar que a partir da terceira edição foi a obra consideravelmente enriquecida com notas e comentários de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, dois dos maiores mestres de nossas letras históricas.

Tomamos emprestado a José Honório Rodrigues um pequeno trecho de sua conferência “Varnhagen, mestre da História Geral do Brasil”, proferida no Instituto Histórico Brasileiro em 14 de dezembro de 1966, publicada pela primeira vez no volume 275 da revista do Instituto e reproduzida em seu precioso livro *História e Historiografia* (Petrópolis, Vozes, 1970):

“Francisco Adolfo de Varnhagen sobrepujou, em sua época, como historiador, todos os seus contemporâneos e continua, desde 1878 – data de sua morte – até hoje, como o historiador incomparável do Brasil. Incomparável pela vastidão das pesquisas que realizou e dos fatos que revelou; incomparável pela publicação de inéditos que promoveu; incomparável pela perseverança com que caminhou pelos caminhos da história brasileira, até então nunca palmilhados; incomparável pela obra preliminar que antecede sua *História Geral*; incomparável por esta mesma *História Geral*, que desconhecia antecessores nacionais; incomparável, ainda, pela própria obra complementar que supre lacunas e amplia o horizonte do conhecimento; incomparável finalmente, porque a obra parcial, como a *História dos Holandeses no Brasil* ou a *História da Independência*, representa, na sua época, um novo avanço historiográfico e uma nova aquisição da consciência nacional.

Na sua época, ninguém fizera tanto e tão bem, simultaneamente na história geral e parcial. Antes dele, faltava ao Brasil a consciência de sua História, no mais largo período de sua formação. É neste sentido que Varnhagen é incomparável. Nenhum historiador, seu contemporâneo, contribuiu assim e com essa força, essa convicção, essa perseverança, esse fruto, esse sucesso, esse proveito. Os que o antecedem fazem pesquisas especiais, reúnem materiais e revelam fatos parciais, mas falta-lhes muito para compararem-se a Varnhagen. Seus contemporâneos ou são, como Abreu e Lima, Melo Moraes e Pereira da Silva, bem inferiores, ou lhe são iguais, como Joaquim Caetano da Silva, João Francisco Lisboa ou Cândido Mendes de Almeida. Nenhum desses, apesar da capacidade, do conhecimento e do domínio da língua e da exposição, como é o caso de João Francisco Lisboa, apresentou resultados gerais e tão positivos quanto Varnhagen. Entre os inferiores e os iguais, Varnhagen paira como um modelo de equilíbrio de todas as virtudes e exigências da historiografia. E foi, provavelmente, este conjunto de faculdades que

lhe permitiu a obra geral e complementar mais vultosa e positiva da historiografia brasileira. E a prova deste seu sucesso é a atração que sempre exerceu sobre todos os historiadores brasileiros. Ninguém pode graduar-se em História do Brasil, sem ter lido Varnhagen.”

À vista desta transcrição, que mais dizer do grande paulista, cujo título nobiliárquico evoca os primórdios da vida brasileira, e que, com toda a justiça, recebeu o cognome de “pai da História do Brasil”?

*(Publicado originalmente na revista “Revista do Instituto Genealógico Brasileiro”, ano 2, nº 2, maio de 1980)*

# RIO DOS ANOS 20 VISTO POR RIBEIRO COUTO

Vasco MARIZ<sup>1</sup>

No início do século XXI, Ribeiro Couto é recordado sobretudo pela sua poesia penumbriada, mas a sua importante contribuição à nossa literatura como prosador parece bastante esquecida, injustamente. O mais curioso é que o Couto foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1934, com apenas 36 anos de idade – o mais jovem acadêmico da época – não tanto pela sua poesia, mas pelos seus contos e pelo romance “Cabloca”. Por isso justifica-se o aparecimento de uma antologia de contos de Ribeiro Couto com o título “Maricota, Baianinha e outras mulheres”, pela editora Topbooks, com apoio da ABL, e na qual reuni 22 contos. Nesta antologia encontraremos um penetrante e saboroso retrato do Rio de Janeiro dos anos 20, o Rio da mocidade do autor.

Muito se especulou sobre as influências que orientaram o então jovem escritor no terreno do conto. Josué Montello aproximou-o a Tchekov e a Katherine Mansfield. Já Brito Broca vinculou-o diretamente a João do Rio, enquanto Gilberto Amado julgava que “Couto aprendeu a escrever contos lendo Machado de Assis”. Ao chegar ao Rio de Janeiro proveniente de São Paulo, em 1918, Couto atuou intensamente na imprensa local e nessa época a vida de jornal significava vida noturna até altas horas da madrugada. Os jornalistas saíam tarde da redação, iam para os bares e cafés, e lá ficavam em palestras por vezes até o nascer do sol. Em São Paulo as noites são frias e garoentas, nada tinham de convidativas e, ao que parece, Couto deixou-se levar pela sedução das noites cariocas, tão

---

1. Vasco Mariz é diplomata aposentado, historiador e musicólogo. Foi secretário de Ribeiro Couto em Belgrado (1949-1951).

cheias de atrativos para os rapazes pobres. Pelo preço de um simples cafezinho compravam o direito de passar horas e horas a fio em ambiente distraído. É possível que a fraqueza pulmonar do escritor tenha sido, em parte, conseqüência dessas longas noites pitorescas.

Alguns de seus contos refletem a vida de pobreza, embora cheia de esperanças, de sua primeira fase no Rio de Janeiro. Seu apresentador na Academia, em 1934, lembrou “o suave perfume de autobiografia que ponde, com discreto pudor, em todas as vossas páginas”. Josué Montello, em artigo no JB, de 1/12/1987, recordou: “Certa inclinação boêmia levou-o a compreender a poesia das noites cariocas, predispunha-o para longas conversas à mesa do café, nas sombras e luzes da Lapa, a Lapa que ele celebrou em mais de uma página realmente antológica”.

Por isso mesmo é que me parece provável alguma influência de João do Rio, inventor do processo da crônica dialogada. Afrânio Coutinho, no “Diário de Notícias”, de 23/10/1960, escreveu: “nos contos de Ribeiro Couto encontram-se as mesmas características, misto de intimismo, melancolia, cotidianidade e penumbra, da sua poesia. O Rio dos anos 20 aparece com a mesma atmosfera, de surdina e meio tom, da poesia penumbrista dos poemas do ‘Jardim das Confidências’”. Na verdade, Couto tentou com sucesso a transfiguração do cotidiano, sem o deformar ou engrandecer, em visão bem realista e até mesmo caricatural. Nem parecem contos escritos por um autor, antes parecem recortados de uma experiência normal, equilibrada e serena, sempre filtrada por uma aguda intuição e delicada sutileza. O escritor português João Ameal o considerava “um dos contistas mais interessantes e dos mais originais que têm escrito em nossa língua” (“A Manhã”, de 10/5/1945).

Tristão de Ataíde, talvez nosso melhor crítico literário, julgava que o Couto foi “um criador de ambientes, que descrevia com tal naturalidade, com tanta emoção pulverizante, que lemos os seus contos como que vivendo-os. Nada é vincado com excessiva força, tudo sugerido de leve”. Já seu apresentador na Academia, Laudelino Freire, disse: “Quando qualquer dos seus entrecos se encaminha para situações que, na urdidura natural, induzem o leitor a esperar um desenlace, o que surge em lugar do que se aguarda é uma recriminação, uma sutileza, uma sátira ... e o leitor que tire a conclusão.”

Seu primeiro livro de poemas, “Jardim das Confidências”, saíu em 1921. Tinha menos de 23 anos. No ano seguinte apareceram dois livros de contos: “A casa do gato cinzento” e “O crime do estudante

Batista”, ambos publicados em São Paulo por Monteiro Lobato. Nesse mesmo ano de 1922 o autor enfermou-se seriamente e foi curar-se nas serras de São Paulo e Minas Gerais. Depois do “intermezzo” serrano, em 1928, apareceu “Baianinha e outras mulheres”, onde contos escritos em Pouso Alto, MG, que lhe valeram a eleição para a Academia Brasileira, em 1934. Couto curou sua tuberculose, casou-se, foi nomeado para a carreira diplomática, virou acadêmico. Muito depois, em 1940, surgiu “Largo da Matriz e outras histórias”. Estava Ribeiro Couto com 42 anos e vivia nesta cidade, após uma estada de cinco anos na Holanda, como secretário de nossa embaixada. Estes foram os últimos contos publicados por ele, todos inéditos. Em 1960, no âmbito dos festejos dos seus 60 anos, a editora Cultrix, de São Paulo, imprimiu uma seleção de contos feita pelo próprio autor e intitulada “História de cidade grande”.

Esse livro traz expressivo prefácio que ajuda a melhor entender a obra do escritor santista, doublé de diplomata. Pretendia ele publicar outras seleções de contos, que chamaria “Histórias de cidade pequena” e “Histórias de meninos”. Não chegou a fazê-lo, pois faleceu em Paris em 1963, já aposentado como embaixador do Brasil na Iugoslávia e a caminho do Brasil. Na presente antologia reuni os melhores contos de sua própria seleção de 1960 e mais alguns que ele provavelmente teria incluído naqueles livros planejados.

Ao longo dos últimos anos, vários admiradores têm feito um esforço para divulgar as obras do grande escritor e poeta que foi Ribeiro Couto. Em 1998, a Academia Brasileira de Letras, durante a presidência de Arnaldo Niskier, me encomendou e publicou na “Coleção Afrânio Peixoto”, uma antologia de poemas, contos e crônicas, intitulada “Ribeiro Couto no seu centenário”. Agora aparece outra antologia de contos, também com o apoio da ABL, que batizei de “Maricota, Baianinha e outras mulheres”. Afonso Arinos Filho editou ainda pela ABL, naquela mesma Coleção Afrânio Peixoto – “Os Adeuses – que contém a correspondência de seu ilustre pai com Ribeiro Couto, à qual adicionou seus últimos poemas, que estavam em poder de Afonso Arinos. A Academia prestigia assim um de seus mais brilhantes acadêmicos do passado, cuja obra anda um pouco esquecida.

*(Transcrito do “Jornal de Letras”, Rio de Janeiro)*

# O POSITIVISMO NA CULTURA BRASILEIRA

Miguel REALE

A simpatia com que apresentei o positivismo integral de Paulo Carneiro (número anterior desta publicação) levou alguns leitores à conclusão de que eu formaria entre os que enaltecem o papel de Augusto Comte a história do Brasil, questão que tem dado lugar a opiniões antagônicas. A meu ver, no entanto, é preciso distinguir entre a contribuição do pensador francês à filosofia da ciência, que foi benéfica, e a sua desastrada influência nos planos religioso e político.

Uma coisa, em verdade, é a doutrina positivista como fundamentação autônoma do conhecimento científico, com base na metodologia das ciências naturais que predominou na segunda metade do século XIX, prolongando-se até a guerra de 1914, com os desenvolvimentos dados por pensadores como Stuart Mill e Herbert Spencer; e outra coisa são as concepções comtianas em matéria de religião e de política, as quais somente tiveram sucesso na América Latina, e no Brasil em particular.

Num país como o nosso, que não passara pela dúvida metódica de Descartes, pelo ceticismo de Voltaire e muito menos pelo criticismo de Emanuel Kant, a teoria positivista teve o mérito de substituir o ecletismo inspirado pela filosofia de Victor Cousin, que se opunha à tradição escolástica sem revisar as idéias dominantes em nosso cenário espiritual.

Nesse sentido, pode-se dizer que o positivismo representou a forma de "criticismo" que começou a situar a inteligência brasileira no âmbito da modernidade, tornando-nos partícipes das idéias universais que tinham então a Europa como principal foco irradiador.

Infelizmente, a outra e infeliz contribuição comtiana no campo político, caracterizado pelo fortalecimento do Poder Executivo em detrimento do Poder Legislativo, medrou no Brasil com tanta força que se tornou, por assim dizer, uma constante de nossa atormentada vida política, como passo a demonstrar.

Em São Paulo o maior representante da filosofia de Augusto Comte foi o médico Luiz Pereira Barreto, que, entendendo serem as leis exclusivas do mundo físico, considerava a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco o templo remanescente dos “leguleios” perdidos em falsas abstrações metafísicas, à espera da redenção que só poderia resultar do triunfo da sociologia positiva.

O certo é que o corpo docente da histórica Faculdade de Direito não acolheu a teoria política pregada por Augusto Comte, a qual redundava num autoritarismo que punha em risco os valores da democracia. Efetivamente, o autor do *Systhème de Politique Positive*, partindo da tese de que somente a sociologia, por ele fundada, estaria em condições de determinar as leis inflexíveis que regeriam a sociedade, concluiu pregando um governo liderado por filósofos positivistas, sem participação do eleitorado, a seu ver destituído da capacidade de escolha dos verdadeiros dirigentes sociais. Só se pode, pois, louvar a citada Faculdade de Direito por ter recusado apoio à sociologia comtiana.

Não faltaram, porém, adeptos da doutrina política positivista no meio do corpo discente, como foi o caso de Júlio de Castilhos, que foi quem introduziu essa ideologia no Rio Grande do Sul, nele se instalando por vários anos. Segundo aquele líder gaúcho, o governo deveria ser confiado a dirigentes selecionados, não pelo voto, mas por seu saber e experiência, com predomínio do Poder Executivo até o ponto de ter somente ele competência para dar início ao processo legislativo, restando ao Parlamento apenas o poder de fiscalização das propostas e atos governamentais.

A Constituição do Rio Grande do Sul consagrou essa esdrúxula diretriz que conflita com o princípio da divisão harmônica dos três poderes estatais, não obstante deverem os Estados obedecer aos princípios consagrados pela Constituição de 1891.

Foi, pois, graças a uma especiosa interpretação que o “castilhismo” se implantou nos Pampas, sendo admitida a reeleição do presidente do Estado, o que permitiu a permanência de Borges de Medeiros por quatro décadas no poder.

Não é estranhável, por conseguinte, que Getúlio Vargas, antigo secretário de Borges de Medeiros, viesse a instaurar, em 1937, o Estado Novo, fechando o Congresso Nacional, não por influência do fascismo, consoante se costuma dizer, mas sim em razão da posição de inferioridade do Legislativo no sistema político comtiano, como bem lembrou João de Scantimburgo em recente pronunciamento na Academia Paulista de Letras.

Note-se que a Constituição de 1937 previa a eleição de uma Câmara de Deputados e de um Conselho Federal, em substituição ao antigo Senado, mas Getúlio Vargas jamais convocou a programada eleição indireta, concentrando em suas mãos todos os poderes da República.

Não se pense, todavia, que a perniciosa influência positivista, na versão de Augusto Comte, tenha desaparecido de nossa experiência política, encontrando sempre adeptos no meio militar. Prova dessa triste herança tivemos quando o presidente Ernesto Geisel, em abril de 1977, decretou o recesso parlamentar, com base no Ato Institucional nº 5, a fim de impor a reforma do Poder Judiciário tal como era por ele desejada.

Note-se que não foi apenas no Brasil que vingou a idéia política comtiana, pois foi nela que, no meu entender, se baseou a fundação, no México, do Partido Revolucionário Institucional (PRI), uma contradição, em termos, com laivos de influência marxista. Seu incontrastado poder durou até a penúltima eleição presidencial, com reiteradas proclamações, por parte de ilustre jurista, de tratar-se de agremiação de caráter legitimamente democrático...

Também no Brasil o “castilhismo”, que vem sendo estudado com acuidade por Antônio Paim e Ricardo Velez Rodriguez, foi julgado compatível com a democracia, continuando a representar um papel significativo na configuração de nosso presidencialismo. É até mesmo possível afirmar que, enquanto nos Estados Unidos da América o regime presidencial não exclui a imensa projeção do Poder Legislativo, entre nós prevalece o primado do Executivo, sobretudo quando, graças a sucessivas e reiteradas medidas provisórias, se implantou o “presidencialismo imperial”, caracterizado pela incessante atividade legislativa, último resquício da tradição comtiana.

# DAS FACULDADES CAMPINEIRAS DE ONTEM À PUC DE HOJE

Dom Amaury CASTANHO

## AS ORIGENS

No ano de 1941 Dom Francisco de Campos Barreto, 2º Bispo de Campinas, em histórica decisão convocou o então Cônego Dr. Emílio José Salim para organizar na “Princesa do Oeste” uma Escola Superior católica. Era, sem, uma ousadia, um sonho.

Não havia em qualquer cidade do interior do Estado de São Paulo e, com toda certeza, fora de uma Capital brasileira, uma Escola de 3º grau mantida pela Igreja. A Universidade de São Paulo, USP, dava os seus primeiros passos na década de 30, despontando como a maior das Universidades oficiais do Brasil. Na altura da década de 40, já contava com várias Faculdades, todas porém, na cidade de São Paulo.

Apenas na cidade do Rio de Janeiro, então ainda Capital da República, o genial e santo jesuíta Padre Leonel Franca, respeitado pensador e escritor, incentivado pelo clarividente Cardeal Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, falecido em 1942, organizava as primeiras Faculdades da primeira Universidade Católica do Brasil, a hoje conceituada e respeitada Pontifícia Universidade Católica carioca.

Campinas se transformava, assim, no segundo incipiente Centro Universitário Católico do Brasil. Monsenhor Salim era, sem dúvida, providencialmente, o homem certo para o lugar certo. Somente Deus sabe das sacrificadas idas e vindas do incansável Cônego Salim ao Ministério de Educação e Cultura, então com sua sede no Rio de Janeiro. Ali ele sempre contou com o acolhimento de

todos e a colaboração leal do Dr. Jurandir Lodi, alto funcionário do MEC. Seu prestígio de sacerdote e educador lhe abriam todas as portas.

O depois Monsenhor Salim nascera em Sousas, distrito de Campinas. Ordenado Presbítero em Roma e Doutor em Teologia, sempre esteve envolvido em instituições culturais e educacionais. Entre elas foi ativo participante das atividades do Centro de Ciências e Artes de Campinas onde, ao que consta, já no ano de 1940 se discutia sobre a possibilidade de uma Escola Superior na cidade. O eminente sacerdote foi, sucessivamente, Reitor do Seminário Diocesano, do Ginásio e Colégio Diocesano “Santa Maria”. Distinguiu-se por sua vivência de educador, responsável por essas conceituadas instituições campineiras. Estava, pois, credenciado para desincumbir-se com êxito da missão que lhe confiava, em 1941, Dom Francisco de Campos Barreto, zeloso Pastor, homem sempre aberto à cultura, empenhado na educação cristã da juventude.

Monsenhor Salim, em seus 65 anos de vida, acabou conhecido como “Semeador de Faculdades”. Além das seis Faculdades que organizou na cidade de Campinas, deu generosamente a sua assessoria à organização de várias outras em São Paulo, Curitiba, Goiânia e Sorocaba. Seu nome está ligado às origens de 22 Faculdades católicas, embrião de cinco Universidades.

## **A MANTENEDORA**

Durante o ano de 1941 foram dados os primeiros passos exigidos pela legislação, para o efetivo funcionamento já em 1942, da sonhada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas. Constituiu-se a Sociedade Campineira de Educação e Instrução, Mantenedora responsável por essa e outras Faculdades futuras que, logo mais, iriam integrar as “Faculdades Campineiras”. Surgiriam, ainda na década de 40, as Faculdades de Biblioteconomia, Ciências Econômicas e Administrativas e a Escola Superior de Canto Orfeônico. Mais adiante começariam a funcionar, também, as conceituadas Faculdades de Direito e Odontologia, o que obteve para a instituição, por Decreto da Presidência da República, a constituição no ano de 1956 da “Universidade Católica de Campinas”.

## OS COLABORADORES

Mas retornemos às origens das “Faculdades Campineiras”. Monsenhor Dr. Emílio José Salim cercou-se de colaboradores competentes como então Cônego Agnelo Rossi, eleito Bispo Diocesano de Barra do Piraí em 1956, promovido a Arcebispo Metropolitano de Ribeirão Preto em 1966 e, já em 1968, Cardeal Arcebispo de São Paulo. Foi ele, sem dúvida, durante anos, o braço direito do fundador das várias “Faculdades Campineiras”, Monsenhor Salim, primeiro Reitor da recém-criada “Universidade Católica de Campinas”. Vieram somar-se ao exemplar empenho de ambos na década de 50, os Cônegos Tomás Vaquero e Amaury Castanho e os Padres Roberto Pinarello de Almeida e Narciso Ehrenberg.

## AS NOVAS FACULDADES E CURSOS

Desde 1942, funcionaram, regularmente, o seguintes Cursos integrados na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras: Filosofia e Pedagogia, Matemática, Geografia e História, Letras Clássicas, Latinas e Anglo-Germânicas. Os universitários, com absoluta predominância de moças, procedentes de todo o Estado de São Paulo, Sul de Minas Gerais e Norte do Paraná, sempre deram não apenas ao tradicional e simpático Pátio do Leões, ao corredores de amplas salas do Solar do Barão mas, também, à cidade de Campinas um colorido todo especial. As moças com seu distinto uniforme – saia bordô e blusa branca –, sob o qual desapareciam todas as diferenças sociais. Pouco a pouco, multiplicaram-se aqui e ali, vários Pensionatos Universitários para elas e também para universitários. O maior desses pensionatos tinha a sua sede na tradicional Rua Culto à Ciência, confiado primeiro a distinta Senhora e, logo depois ao Instituto das Missionárias de Jesus Crucificado.

Sucederam-se uma após outra várias Faculdades ou Cursos, na seguinte ordem: Biblioteconomia, Canto Orfeônico, Ciências Econômicas e Administrativas, Direito e Odontologia, durante a vida de Monsenhor Salim. Após o seu prematuro falecimento em Maio de 1968, a PUC teria, também as suas Faculdades de Engenharia e Medicina, desdobrando-se os vários cursos da primeira Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, aos quais foram acrescentados os de Psicologia e Ciências Sociais em 1963, em Institutos autônomos.

## **CORPO DOCENTE**

O dinâmico fundador das “Faculdades Campineiras”, já em 1942, conseguiu constituir um numeroso e qualificado Corpo Docente. Era da cidade de Campinas ou vinham de São Paulo, uma e até duas vezes por semana para lecionarem nos vários cursos. Lembro saudoso, entre outros, os seguintes, além do Monsenhor Salim e do Cônego Rossi: Higino Aliandro, Hilton Federici, irmã Maria Carvalho de Jesus, Bráulio Sanches Sãens, Benedito M. Sampaio, Jorge Raeders, Max Kaufman, Armando Foá, Enzo Azzi, Odilon Nogueira de Matos, Antônio Raia e outros. Entre eles a maioria, como seria de se esperar, de fé católica. Mas a largueza cultural de Monsenhor Salim não titubeou na contratação de diversos competentes professores não-católicos e até mesmo não-cristãos, respeitados pelos seus alunos e que jamais criaram qualquer problema para a instituição.

O ambiente universitário na década de 40 até 1960, foi o melhor possível. A juventude Universitária Católica tinha o então Cônego Agnelo Rossi como seu Assistente Eclesiástico. Reunia as mais qualificadas lideranças das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e, posteriormente, das de Direito e Odontologia. Os numerosos “jucistas” lideravam as mais importantes iniciativas de sentido evangelizador e, também, cultural e de lazer no ambiente das Faculdades e na cidade de Campinas. Estão, ainda, na memória dos poucos professores e funcionários da década de 40, ainda vivos, dos mais de 100 mil ex-alunos de hoje a lembrança das concorridas e festivas Páscoas Universitárias, no Pátio dos Leões, das solenes aulas inaugurais, dos numerosos cursos e palestras.

## **MONSENHOR SALIM E A PUC DE SÃO PAULO**

Simultaneamente, também, no mesmo ano de 1943, Monsenhor Dr. Emílio José Salim organizava, a pedido do Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, novo Arcebispo de São Paulo, as primeiras Faculdades da Universidade Católica da capital bandeirante. Ele, como seu Vice-Reitor, sempre esteve em exercício, pois Dom Gastão Liberal Pinto, Bispo de São Carlos e, posteriormente, Dom Paulo de Tarso Campos, Bispo de Campinas, primeiros Reitores, na

realidade, por terem as suas Dioceses não puderam exercer, efetivamente, os seus altos cargos. Praticamente o Monsenhor Salim estava sempre em viagem entre Campinas, São Paulo e Rio Janeiro, a serviço das duas Universidades, à busca de verbas oficiais para mantê-las, pesando o mínimo possível sobre os numerosos universitários sem recursos, bolsistas, semi-bolsistas ou freqüentando os mais diversos Cursos, dispensados de quaisquer taxas.

## **SURGE A UNIVERSIDADE CATÓLICA**

A primeira das Faculdades precedeu a organização de outras, como se escreveu acima. Esse fato tornou possível pleitear para as várias Faculdades junto do Ministério de Educação e Cultura o título de Universidade. Estive presente na solene e histórica Aula Inaugural em princípio de março de 1956, quando no teatro Municipal "Carlos Gomes" de Campinas, lamentavelmente demolido, foi instalada a Universidade Católica de Campinas. À Mesa de Presidência encontravam-se, além do Nuncio Apostólico no Brasil, Dom Bento Aloísio Masela, o Arcebispo Dom Paulo de Tarso Campos, as mais altas Autoridades de Campinas, o fundador das "Faculdades Campineiras" Monsenhor Salim, o Vice-Diretor Cônego Agnelo Rossi e o responsável pela Aula Inaugural historiador e acadêmico Dr. Pedro Calmon. Quase todo o numeroso Corpo Docente, centenas de alegres universitários e pessoas gradadas da sociedade campineira, lotavam o histórico Teatro.

Para surpresa de todos, tomando a palavra o Nuncio Apostólico tornou pública, naquele dia, a elevação ao episcopado, como Bispo Diocesano de Barra do Piraí, a pessoa do Cônego Agnelo Rossi. Apenas nomeado Vice-Reitor da nova Universidade, nem mesmo pôde assumir o seu novo honroso e merecido cargo acadêmico. Aplausos gerais acolheram a notícia do conhecido Sacerdote em todo o Brasil pelos seus livros e conhecimentos especializados sobre Protestantismo, pois estivera à frente do Secretariado para a Defesa da Fé, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A interessante palestra do Dr. Pedro Calmon foi brilhante, lembrando o papel da Igreja na organização das primeiras grandes Universidades mediaevais, falando sobre igreja e cultura. A solene sessão de instalação da Universidade Católica de Campinas transformava-se, sem dúvida, no mais importante acontecimento cultural da cidade.

## TENSÕES NA INSTITUIÇÃO

Lá pelo ano de 1960, o ambiente na Universidade Católica de Campinas começava a tornar-se tempestuoso. Alguns líderes JUC e dirigentes de vários Centros Acadêmicos, deslocavam-se para posições político-ideológicas de “esquerda”, integrando-se na Ação Popular, de conotação claramente marxista. O Movimento Revolucionário de 1964 fez sentir, pesadamente, a mão dos militares agora no poder, indiciando em inquéritos policiais e prendendo a vários universitários. O Reitor Monsenhor Emílio José Salim, e o então Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Cônego Amaury Castanho, como é público e de justiça recordar, empenharam-se a fundo na defesa desses líderes universitários, livrando-os da ameaça de prisão.

Na altura do ano de 1968, a situação interna na Universidade Católica de Campinas tornou-se extremamente tensa. Pequeno grupo de professores, especialmente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e vários líderes acadêmicos, entre eles “ex-jucistas”, somaram forças, iniciando uma luta interna pelo poder. Aparentemente constava desejarem uma ampla reforma universitária, que descentralizasse os “poderes do Reitor”. A agitação nos meios universitários foi generalizada tanto na Europa quanto na América e no Brasil. O Governo militar, então exercido pelo General Arthur da Costa e Silva, assinou em 1968 o Ato Institucional n.º 5 e o Decreto 477, que caíram como um raio sobre universitários marxistas e professores insatisfeitos, cortando pela raiz a sua ação no mundo universitário. Vários professores foram demitidos de suas Cátedras, o Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Vice-Reitor demitiu-se e alguns líderes de Centros Acadêmicos passaram à clandestinidade. Os acontecimentos culminaram na morte prematura, por infarto, em maio de 1968, do fundador e primeiro Reitor da Universidade Católica Monsenhor Dr. Emílio José Salim. As injustiças e os protestos, os abaixo-assinados e as ameaças, o tendencioso noticiário nos jornais de Campinas o levaram à morte. Campinas, poucas vezes, viu um féretro e sepultamento tão concorrido e emotivo. A Universidade ficava órfã, perdendo seu fundador e pai. A cidade perdia o seu maior educador. A Igreja de Campinas e do Brasil um dos seus mais dotados sacerdotes...

## LEIGOS NA REITORIA

Os atos do regime militar lembrados acima facilitaram o encaminhamento e a superação dos graves problemas internos da instituição, pelo primeiro Reitor leigo, o Promotor Público Dr. José Benedito Barreto Fonseca, respeitado jurista e católico de tradicional família campineira. Durante o seu mandato, no ano de 1971, a Santa Sé concedia à Universidade Católica de Campinas, o título de “Pontificia”. Era a terceira no Brasil a contar com essa honraria. Como “Pontificia” o Arcebispo Metropolitano de Campinas passava a ser o seu grande Chanceler e o Reitor aprovado pela Sé Apostólica de Roma.

Terminado o seu mandato, Dr. Benedito José Barreto Fonseca foi substituído na Reitoria da PUC pelo Dr. Heitor Regina, conceituado advogado e católico militante, primeiro ex-aluno a assumir tão elevado cargo acadêmico. Por dois mandatos sucedeu-o, nos anos de 1985 a 1993, o engenheiro Dr. Eduardo Coelho e, em seguida, o professor Gilberto Moraes Selber, também ex-aluno. No ano de 1997 foi escolhido pelo Chanceler Dom Gilberto Pereira Lopes, de lista sêxtupla apresentada pelo Conselho Universitário, o Padre Benedito de Almeida David, vindo, assim, a instituição a ter novamente à sua frente, um qualificado sacerdote, procedente do clero diocesano de São João da Boa Vista mas, há anos, integrando no Corpo Docente e Administrativo da instituição.

## A BOA SEMENTE... O FUTURO

Foi, sem dúvida, longo e abençoado por Deus o caminho percorrido pelas “Faculdades Campineiras” do ano de 1942 quando surgiu, até os dias de hoje. A pequena semente caiu na boa terra das Campinas do Mato Grosso, transformando-se em árvore frondosa da “Princesa do Oeste”, a pujante metrópole de hoje, já com os seus mais de 1 milhão de habitantes.

A PUC de Campinas, dado o número e o nível dos numerosos Cursos por ela mantidos tornou-se, já na década de 70, a maior das Universidades Católicas do Brasil, nos dias de hoje, com seus 18 mil universitários e 2,5 mil alunos do seu Colégio de Aplicação “Pio XII”, um dos maiores da cidade de Campinas. Nesta altura de sua existência, a PUC de Campinas teve momentos difíceis na área

financeira, especialmente depois da organização de sua Faculdade de Medicina e aquisição do Hospital Piero para seu Hospital de Clínicas. Veio-lhe em socorro o Instituto para Obras Religiosas do Vaticano.

No ano de 1992 reuniram-se em solene Missa de Ação de Graças, comemorando o cinquentenário de sua Formatura, os professores e professoras da primeira turma da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Em 1996, quando se formava o 100.000º ex-aluno da instituição, nova Eucaristia de Ação de Graças era celebrada pelo remanescente dos primeiros anos das “Faculdades Campineiras”, o hoje Bispo Diocesano de Jundiáí, Dom Amaury Castanho. Partiram, um após outro, para o encontro com Deus o fundador Monsenhor Dr. Emílio José Salim, o primeiro Vice-Reitor Cardeal Dom Agnelo Rossi, o seu sucessor da Direção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Dom Tomás Vaquero. O inconfundível e competente Padre Narciso Erhemberg havia sido covardemente assassinado, retornando certa noite de suas aulas, emboscado por menor criminoso...

A PUC de Campinas, ao lado da UNICAMP, oficial e bem mais nova, continua honrando o seu passado. Dos seus bancos saíram Prefeitos de Campinas e outras cidades, um Governador do Estado, respeitadas diplomatas e juristas, empresários e professores, engenheiros e odontólogos, psicólogos, fonoaudiólogos e milhares de outros qualificados profissionais espalhados por vários Estados do Brasil e até mesmo no Exterior. Todos fazemos votos para que no Terceiro Milênio que se aproxima, a instituição continue fiel às suas origens católicas. Que a PUC de hoje continue preparando para a cidade de Campinas e a Pátria, os homens e mulheres competentes e comprometidos com os valores do Evangelho, que transformem o País em uma nação mais fraterna e menos desigual, mais justa e cristã.

*Jundiáí, 14 de setembro de 1998*

*Dom Amaury Castanho*

*Bispo Diocesano de Jundiáí*

# BREVE HISTÓRIA DO CALENDÁRIO

João RIBEIRO JÚNIOR

Os primeiros calendários, que dividiam o tempo em unidades convenientes e conhecidas, se basearam em conhecimentos sobre as estações, sobre os astros e em idéias religiosas. Se um povo possuía conhecimentos matemáticos e de astronomia, os calendários eram mais exatos e rigorosos.

O homem primitivo calculava o tempo pelas fases da lua. Por volta de 3.000 a.C., os sumérios já dividiam o dia em dois períodos de doze horas, mas seu calendário era lunar. No Egito, a partir da terceira dinastia (c.2780 a.C.), os sacerdotes produziram um calendário tropical ou solar, baseado num ano de 365 dias, que é o tempo aproximado que dura a viagem da Terra em torno do Sol. Formularam também um calendário tendo em vista as enchentes do Nilo. O ano egípcio dividia-se em doze partes, sobrando cinco dias que eram dedicados às festas religiosas. Na Babilônia, a partir de 747 a.C., os astrônomos calcularam o tempo em anos a partir de um ponto fixo no tempo, e não mais a partir de um ano particular do reinado de um certo rei. Assim, por exemplo, no Velho Testamento, lemos sobre acontecimentos que ocorreram tantos anos depois do Dilúvio.

Graças ao poeta grego Hesíodo, sabemos que, por volta de 800 a.C., os gregos estavam usando também um calendário de 365 dias.

Os antigos gregos davam aos meses do ano o nome de festas ou cerimônias religiosas e nacionais ou domésticas. Por exemplo, *Antesterion* (metade de janeiro e metade de fevereiro), era o mês dedicado à festa do vinho; festa que durava três dias, na qual se celebrava a abertura dos vasos de vinho. No mês chamado *Hecatombeon* (junho-julho), que era o primeiro do ano, verificavam-se os sacrifícios

(hecatombes): no de *Elafebolion* (fevereiro-março) realizavam-se as festas em honra de Ártemis (a Diana latina); no de *Poseidon*, (novembro-dezembro), honrava-se Poseidon (o Netuno dos romanos); no *Gamelion* (dezembro-janeiro), celebravam-se os casamentos; no *Boedromion* (agosto-setembro), comemorava-se a vitória do herói ateniense, Teseu, sobre as Amazonas: e assim nos demais meses do ano.

Na Roma primitiva, o sabino Numa Pompílio, que reinou logo após Rômulo e que organizou o sacerdócio e o culto romanos, baseado no curso da lua, estabeleu o ano de 12 meses, constando o mês lunar de 29 dias, 12 horas e 44 minutos, e deu a alguns meses nome de divindades, a outros um número ordinal. *Januarius* (janeiro) provém de Jano, antigo deus romano, considerado o pai dos deuses; *Februarius* (fevereiro, último mês do ano, para os romanos), de Februus, identificado a Dis Pater, deus do reino dos mortos entre os latinos, nome dado às festas de purificação da cidade, mediante sacrifícios aos mortos (Februálias); *Martius* (março), dedicado a Marte (nome latino de Ares, deus da guerra); primitivamente cultuavam-no como o deus das tempestades, invocando-o para impedir que chuvas fortes, granizo, etc, destruíssem as plantações, mais tarde, foi identificado com a idéia de força instintiva, nascida das batalhas; *Aprilis* (abril), de *apros*, palavra grega que significa espuma, e que recorda Vênus (Afrodite dos gregos), nascida da espuma do mar; *Maius* (maio), de Maia, mãe de Mercúrio (o Hermes grego); *Junius* (junho), de Juno (a Hera grega), esposa de Júpiter (Zeus).

Julho foi chamado *Quintilis*, isto é quinto mês, que tal era na ordem dos meses romanos, começando o ano em março e não em janeiro; agosto foi chamado *Sextilis*, e os outros tiveram os nomes que ainda se conservam, de setembro, outubro, novembro e dezembro, formados dos números latinos *septem*, *octo*, *novem* e *decem*, e a terminação *brem* que, segundo a filologia, é palavra indiana e significa *tempo*. *Quintilis* teve mais tarde a denominação de *Julius*, de Julio César, e *Sextilis*, a de *Augustus*, do nome do imperador romano Otávio (Gaius Julius Caesar Octavius Augustus).

Em 46 a.C., Júlio César, a conselho do sábio grego Sosígenes, baseado no ano solar (365 dias, 5 horas, 48 minutos e 46 segundos)

reformou o Calendário romano. Essa reforma vigorou até a reforma do papa Gregório XIII, em 1582.

Foi acrescentado um dia em cada quatro anos, fazendo assim um ano bissexto. Os doze meses foram divididos em unidades de 30 ou 31 dias, exceto que nos anos não bissextos, o mês de fevereiro só tinha 29 dias. Otávio Augusto, além de dar o seu nome ao mês chamado *Sextilis* acrescentou-lhes mais um dia, que tirou de fevereiro.

As semanas (nundinae) tinha 8 dias, correspondentes ao espaço entre uma feira e outra, que eram marcados no calendário por letras de A até H. No século IV foi realizada uma reforma. A semana ficou com 7 dias, cada um deles dedicado a um deus ou a um astro. *Dies Solis* (dia do sol), *Dies Lunae* (dia da lua), *Dies Martis* (dia de Marte), *Dies Mercurii* (dia de Mercúrio), *Dies Jovis* (dia de Júpiter), *Dies Veneris* (dia de Vênus), *Dies Saturni* (dia de Saturno). Como a Igreja Católica, mais tarde os consagrou a Jesus, à Sagrada Família, à Ressurreição de Cristo, à Virgem Maria, ao Coração de Jesus, ao Sangue de Cristo, ao Coração de Maria, à Virgem das Dores, ao Santíssimo Rosário, às Almas do Purgatório e à Imaculada Conceição.

Em cada mês havia três dias especiais: *Calendae* (Calendas, primeiro de cada mês, quando os sacerdotes anunciavam as festas do mês e ofereciam sacrifícios a Juno); *Nonae* (Nonas, dia 7 de março, maio, julho, outubro, e dia 5 dos outros meses); e *Idus* (idos, do verbo grego que significa resplandecer; 8 dias depois, dia 13 ou 15, quando realizavam-se sacrifícios a Jupiter). Com esses três dias-chaves contavam-se os demais. Assim, em março, mês cujo *idus* se verificavam no décimo quinto dia e as *nonae*, no sétimo, o dia 3 era designado por quinto dia antes das nonas; o dia 13, por terceiro dia antes dos idos; o dia 16, por décimo sétimo dia antes das calendas de abril.

Os dias seguintes a esse três eram os *Postridie*, considerados nefastos, sobretudo o *Postridie Calendas*. Porém, havia outro dias nefastos assinalados no Calendário pela letra N (nefas). Os dias favoráveis vinham precedidos pela letra F (faz). Se o sinal fosse End (de endotercius), o dia era tido como desfavorável pela manhã e favorável à tarde. Como os romanos não utilizavam a hora equinocial, isto é, hora de 60 minutos, que divide o dia astronômico

em partes iguais, o dia, para eles, dividia-se em 12 horas, de acordo com a estação do ano; de modo que as horas no verão eram mais longas do que as do inverno. A sexta hora era o meio-dia. A noite estava repartida em quatro vigílias, desde o pôr do sol até ao levantar; variando, também, de acordo com as estações. A terceira vigília começava sempre à meia-noite.

Foi nesta época que se produziram os primeiros almanaques ou registros astrológicos regulares dos dias do ano. Foram elaborados por Ptolomeu, em Alexandria, durante o século II da nossa era.

Foi Ptolomeu com seus treze livros sob o nome *Composição Matemática* ou *Almagesto* (título dado pelos árabes) quem divulgou a teoria do geocentrismo (a Terra como centro do Universo), elaborada por Eudóxio de Cnido. Esta concepção influenciou toda a Idade Média, onde a Terra é concebida como um disco e se crê que o Universo tem a forma de tabernáculo. Este primitivismo, a partir dos estudos de Ambrósio e de Agostinho irá condicionar as idéias medievais sobre a estrutura do Universo, descobrindo-o encabeçado por uma hierarquia de anjos. Isto irá influenciar toda a maneira de se conceber um calendário. Durante séculos esqueceu-se os ensinamentos de Eratóstenes, que calculou a circunferência terrestre; de Estrabão, que descreveu as regiões então conhecidas, de Aristarco de Samos, que calculou as distâncias relativas a que o Sol e a Lua se encontram da Terra; de Pitágoras, que afirmou que a terra é uma esfera, que roda em torno do seu próprio eixo.

Na renascença constatou-se que havia um erro no calendário Juliano: a diferença era de dez dias entre o ano civil e ano trópico: em 1582, o equinócio caiu em 11 em vez de 21 de março. Sendo importante para a Igreja fixar os dias dos santos e festas rigorosamente em todo o mundo, em 1585, o papa Gregório XIII, impressionado com o fato, decidiu corrigir o erro, resolvendo tirar 10 dias ao ano, ordenando que o dia imediato a 4 de outubro de 1582 fosse chamado dia 15, pelo menos nos países católicos. Resolveu, também, para impedir a reprodução do erro, que se suprimissem 3 dias todos os quatro séculos, estabelecendo para esse fim que o último ano dos 3 primeiros séculos não seriam bissextos, sendo-o somente o último ano do quarto século. Os anos de 1700 e 1900 foram, portanto, anos comuns, e o ano 2000 bissexto.

O Calendário Gregoriano, hoje quase universalmente adotado, aumenta um dia em cada 4000 anos. A diferença atual do Juliano é de 13 dias.

Graças a esse Calendário, o ano é o mesmo em quase todos os povos do mundo. A Grã-Bretanha só o adotou em 1752, sendo necessário acrescentar 11 dias para acertar o país com o novo calendário. Tornaram-se famosas as desordens que isso causou, quando o povo exigiu que lhe fossem devolvidos os seus 11 dias. A Rússia só mudou para o Calendário Gregoriano após a Revolução de 1917, e a Tailândia só o adotou em 1940.

Na América, os Maias, particularmente, eram bons astrônomos, e em Copán seus sacerdotes calcularam um ano de 365 dias, consistindo de 18 unidades de 20 dias, mais 5 dias infaustos. Os Maias e os Astecas seguiam ao mesmo tempo um ciclo cerimonial de 260 dias.

A denominação dos dias da semana, como se viu, não era usada entre os romanos, que dividiam o mês em *calendas, nonas e idos*. Os nomes dos dias da semana foram tirados da Lua e dos planetas Marte, Mercúrio, Júpiter, Vênus e Saturno, e perduraram no francês, no Italiano, no espanhol, no inglês. O Sábado vem do hebraico *sabbat* ou *sabbaton* (nome do sétimo dia da semana, às vezes também aplicado a festas que não caíam necessariamente no sétimo dia, como o dia da expiação (Lev 16,31; 23,32), a festa das trombetas (23,24), e o primeiro e oitavo dias da festa dos tabernáculos (23,39). Trata-se de um tabu religioso antigo, que remonta a época em que os semitas eram pastores nômades, cujas andanças eram determinadas pelas fases da lua. É de se notar que tal costume foi encontrado também na Mesopotâmia. E o Domingo (de *Dominus*, Senhor) é o dia consagrado a Deus. A língua portuguesa deu-se à extravagância de inventar as *feiras*, da Segunda à Sexta, e rematar a semana com o sábado e o domingo.

Na França, em 24 de novembro de 1793, a Convenção Nacional introduziu novo calendário, que foi abolido em fins de 1805, pelo imperador Napoleão I. O ano republicano dividia-se em doze meses de trinta dias cada um. Cada mês era dividido em três décadas, e aos dias que compunham cada década foi dado o nome de primeiro, segundo, etc. O décimo era dedicado ao descanso.

O dia dividia-se em dez horas, a hora, em cem minutos, e o minuto, em cem segundos. Para completar a duração do ano solar acrescentaram-se ao duodécimo mês cinco dias complementares (seis no ano bissexto) chamados *sans-culottides*.

O poeta Fabre d'Eglantine, decapitado pelo *Grande Terror*, para gáudio das *tricoteuses* da Praça da Revolução, imaginou os nomes de *Vendemiaire* (mês das vindimas), *Brumaire* (dos nevoeiros), *Frimaire* (do frio) – para os meses do Outono; *Nivose* (das neves), *Pluviose* (das chuvas) e *Ventose* (dos ventos) – para os do Inverno; *Germinal* (da germinação das plantas), *Floreal* (das flores), *Prairial* (das verduras nos prados) – para os da Primavera; *Messidor* (das espigas), *Thermidor* (do calor), *Fructidor* (das frutas) – para os do Verão.

É curioso notar que o imaginário popular consagrou os meses a alguns animais, aves e árvores: janeiro ao cordeiro, fevereiro ao cavalo, março à cabra, abril ao macho caprino, maio ao touro, junho ao cão, julho ao veado, agosto ao javali, setembro ao burro, outubro ao lobo, novembro à serpente e dezembro ao leão. A astrologia também dedicou alguns meses a animais como o carneiro (22 de março a 20 de abril), o touro (21 de abril a 21 de maio), leão (24 de julho a 23 de agosto), bode (capricórnio) (23 de dezembro a 19 de janeiro).

E às aves: janeiro, o pavão; fevereiro, o pato; março, o pica-pau; abril, a pomba; maio, o galo; junho, o íbis; julho, o beija-flor; agosto a águia; setembro, o falcão; outubro, a coruja; novembro, a gralha; dezembro, a andorinha.

Quanto às árvores: janeiro, ao álamo; fevereiro, ao olmeiro; março, à nogueira; abril, à murta; maio ao loureiro; junho, à aveleira; julho, ao carvalho; agosto, à macieira; setembro, ao buxo; outubro, à oliveira; novembro, à palmeira; dezembro, ao pinheiro.

Foram igualmente consagrados aos meses, pelos feiticeiros, bruxas e demonólogos, os seguintes demônios: janeiro a Belial (demônio do prazer sexual, que tinha templos em Sodoma e Gomorra; fevereiro a Leviatã, grande demônio das águas, almirante infernal, que ensina aos homens a mentira; março a Satanaz, príncipe dos diabos, semeador de discórdias, chefe dos anjos rebeldes a Deus; abril a Astertéia, mulher de Astaroth, grão-duque infernal; maio a Lúcifer, com três cabeças, a quem Dante, na Divina Comédia, coloca

no centro do Inferno; junho a Balberith, arquivista do Inferno; julho a Belzebuth, príncipe dos demônios, também primeiro em poder, depois de Satanaz; agosto a Astaroth, demônio da preguiça e da gula, que comanda quarenta legiões; setembro a Thamuz, inventor da artilharia, que domina as chamas e o carvão; outubro a Baal, chefe do exército infernal; novembro a Hécate, demônio que preside a polícia infernal sob três formas: mulher, cavalo e cão; dezembro a Moloch, príncipe da região das lágrimas e membro do Conselho Infernal.

Estudou-se a possibilidade de se criar um Calendário Universal para terminar com as complicações, desnecessárias, que existem em nosso Calendário atual, bem como simplificá-lo e estabilizá-lo de modo a torná-lo adequado à vida moderna.

Esta reforma tem em vista a igualdade dos anos, que só se apresenta em ciclos determinados de 28 anos.

O Calendário Universal pretende modificar o número de dias dos nossos familiares 12 meses, faz iguais os trimestres e semestres, tornado-se calendário perpétuo, com os anos sempre iguais. A igualdade dos trimestres e dos semestres é obtida dando 31 dias ao primeiro mês de cada trimestre e 30 dias aos dois meses restantes. Assim, o ano de 12 meses tem 4 meses de 31 dias e 8 meses de 30 dias. Cada mês tem exatamente 36 dias de semana, sem contar os domingos; os trimestres começam em domingo e terminam em sábado; cada ano começa em domingo, 1º de janeiro. Obtém-se dessa forma simetria, equilíbrio, ordem e estabilidade sem maiores dificuldades.

Para que qualquer calendário se adapte aos 365 dias dos anos comuns e aos 366 dos anos bissextos, é imprescindível harmonizá-lo com o ano solar e torná-lo comparável de ano para ano. O Calendário Universal acrescenta um dia de fim de ano como um sábado extra, depois de terminado o quarto trimestre, e um outro sábado extra nos anos bissextos, no fim de junho.

Deste modo, a igualdade dos anos, que só se apresenta em ciclos determinados de 28 anos, seria uma realidade constante.

Era idéia dos propugnadores do Calendário Universal pô-lo em execução, no último dia de dezembro de 1944. O 31 de dezembro desse ano caiu num Domingo, que seria considerado como sábado

extra, o dia de fim de ano do novo calendário. O Calendário Universal seria posto, portanto, em prática no 1º de janeiro de 1945, que teria passado a ser domingo, e não segunda-feira como foi.

Entretanto, como se sabe, maiores preocupações, mais sérias, absorveram a atenção do mundo e o Calendário Universal caiu em relativo esquecimento. Hoje, quando se fala em globalização, a idéia poderia ser revivida, e de uma forma mais perfeita, usando a tecnologia de ponta.

# INCONFIDÊNCIA BAIANA, 1798 A PRIMEIRA REVOLUÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Lêda Boechat RODRIGUES

No dia 14 de julho de 1797 foi fundada na Bahia, na povoação da Barra, uma loja maçônica denominada Cavaleiros da Luz, à qual se filiaram figuras da maior expressão na sociedade baiana. A ela se ligou M. Larcher, comandantes da fragata francesa *La Preneuse*, que aportara a Salvador e tivera a cidade como menagem. Foi destacado para vigiá-lo o Tenente Hermógenes Francisco Aguilar Pantoja, do 2º regimento de artilharia. Este a ele tanto se afeiçoou que até foi repreendido por desejar banquetear-lo. M. Larcher foi um elemento ativo na difusão dos ideais políticos da França, discutidos pelos Cavaleiros da Luz.<sup>1</sup>

Na casa da Barra, do farmacêutico João de Ladislau de Figueiredo Melo, reuniam-se, então, o Padre Francisco Agostinho Gomes, profundo conhecedor do inglês e francês, possuidor de vasta biblioteca; José da Silva Lisboa, notável economista, recém-chegado da Corte; Inácio Siqueira Bulcão, senhor de vários engenhos no recôncavo; o médico Cipriano de Almeida Barata, que gozava de grande popularidade, Francisco Muniz Barreto, professor de gramática em Minas do Rio das Contas, distrito de Jacobina; e o Tenente Hermógenes Pantoja.

Todos eles e mais um restrito numero de iniciados juraram jamais revelar resoluções da loja maçônica Cavaleiros da Luz. A propaganda dos ideais de liberdade foi iniciada com a tradução feita

---

1. *História Geral da Civilização Brasileira. I. A Época Colonial. Administração, Economia, Sociedade.* Sob a direção de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960, p. 414.

por dois frades carmelitas, de trechos de obras de Rousseau e o Discurso de Boissy d'Anglars. Logrou sucesso a infiltração das idéias revolucionárias entre os homens de cor, artífices e servidores das profissões liberais; daí estendeu-se às senzalas, aos engenhos fronteiros e, através dos comboios, às zonas do sertão e da mineração. A propaganda republicana despertou entusiasmo. Num ano e meio de trabalho junto ao povo ela cresceu de tal maneira que a própria célula dirigente já se sentia incapaz de impor ordem e aconselhar os imprudentes que iam pôr em risco o movimento.

O governador D. Fernando José de Portugal tinha conhecimento dessas reuniões, mas às denúncias que lhe faziam respondia, displicentemente, não dar crédito a tais boatos. Em carta a D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro do Reino que lhe aconselhava cautela, respondia: "tenho chamado algumas vezes à minha presença um ou outro mancebo, só por me dizerem que pensa com mais liberdade ou com menos instrução nos verdadeiros princípios da religião, contentando-me com semelhante providência, enquanto o caso não pede outra maior."<sup>2</sup>

Entre os operários e libertos assumiram a chefia da Inconfidência Baiana os alfaiates João de Deus Nascimento e Manuel Faustino Santos Lira, e os soldados Lucas Dantas e Luiz Gonzaga das Virgens, todos pardos.

As reuniões se sucediam em casas de pessoas abastadas e do alfaiate João de Deus. Alarmado, o coronel Francisco José de Matos Ferreira e Lucena procurou o governador, e relatou-lhe o que chegara ao seu conhecimento. D. Fernando limitou-se a responder-lhe que considerava tais reuniões "como bebedeira e rapaziada".<sup>3</sup>

Em 3 de maio de 1798, José da Fonseca Neves, presbítero secular, capelão de engenho no arcebispado da Bahia, denunciou diretamente ao governo em Lisboa, Cipriano Barata, Marcelino Antônio de Souza e Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão como homens "que não se envergonharam de publicar as suas depravadas paixões entre os rústicos povos, já com palavras, já com escritos, feitos uns novos legisladores."<sup>4</sup>

2. Affonso Ruy, *A Primeira Evolução Social Brasileira*, São Paulo, Comp. Edit. Nacional., 1942, pp. 65-70.

3. Affonso Ruy, ob. cit., p. 72.

4. Affonso Ruy, ob. cit., p. 76.

A 14 de outubro D. Rodrigo escrevia a D. Fernando declarando que “Sua Majestade manda participar a V. S. que depois da chegada do último comboio se espalharam aqui vozes que dão grande cuidado e anunciam que as principais pessoas dessa cidade, por uma loucura incompreensível, e por não entenderem os seus interesses, se acham infectas dos abomináveis princípios franceses, e com grande afeição à absurda pretendida constituição francesa que varia cada seis meses; e dá-se como razão disto a frouxidão do governo e a corrupção da Relação que permite a todos os que são poderosos de fazerem todas as violências e assoalhadas que convêm a seus interesses”.<sup>5</sup>

Tomando conhecimento da denúncia direta ao governo de Lisboa contra Cipriano Barata e outros, D. Rodrigo dirigiu ofício a D. Fernando, exigindo-lhe que se “informe com a maior exação de tudo que a mesma denúncia refere, para que, achando motivada aquela acusação, V. S. faça castigar severamente os que na mesma vêm implicados e outros que possa descobrir culpados no mesmo horrendo crime; ou não sendo a referida acusação mais do que uma calúnia, V. S. proceda com igual severidade contra quem a urdiu; e de tudo que obrar dará V. S. parte por esta Secretaria do Estado”.<sup>6</sup>

Quando o comboio de Lisboa chegou a Salvador com este ofício, já alguns revolucionários altamente imprudentes tinham posto a perder o movimento da inconfidência baiana e D. Fernando informou a D. Rodrigo que “já estavam na prisão da Capitania todos os agitadores da rua, dispersados e em silêncio os núcleos propagadores da revolução”. O fracassado movimento não havia criado alento para resistir às medidas das autoridades, e cautelosamente suspenderam-se por tempo indeterminado as atividades secretas; e acrescentava: “Pode a Rainha contar com os seus domínios da América, expurgados da influência política da França; podem as arcas do tesouro reinol aguardar, sem receio, para sua despesa, o ouro da colônia”.<sup>7</sup>

Na manhã de 12 de agosto tinham aparecido nos pontos de maior afluência da cidade vários boletins e proclamações de caráter subversivo; a população, insciente do que se tramava secretamente,

5. Affonso Ruy, ob. cit., pp. 78-79.

6. Affonso Ruy, ob. cit., p. 77.

7. Affonso Ruy, ob. cit., pp. 67-69

leu, atônita, aquela provocação ao governo. Num dos papéis afixados nas paredes das casas se dizia: “Animai-vos Povo Baiense, que está para chegar o tempo feliz da nossa Liberdade: tempo em que todos seremos irmãos: o tempo em que todos seremos iguais.” E num “Aviso ao Clero e ao Povo Baiense Republicano” falava-se na liberdade e igualdade, e dizia-se que já estavam tomadas as medidas para socorro estrangeiro, tendo Porto aberto a todos os estrangeiros, mormente a Nação francesa; mandava o Povo que fosse punido com pena vil para sempre o Padre regular ou não regular que no púlpito, confessionário, exortação, conversação por qualquer forma, modo e maneira, persuadissem os ignorantes, fanáticos e hipócritas, dizendo que era inútil a liberdade popular; os soldados deveriam receber dois tostões cada dia além das suas vantagens que seriam relevantes. Os oficiais teriam aumento de posto e soldo. Assinado “O Povo”.<sup>8</sup>

A notícia de tais proclamações chegara célere a D. Fernando, que agiu imediatamente mandando arrancá-las e determinando que a letra das mesmas fosse examinada. Suspeitou-se, no primeiro momento, que tivessem sido escritas por Domingos da Silva Lisboa, e foi ele aprisionado no dia 16 de agosto nos segredos da cadeia do Senado da Câmara. Em sua casa foram encontradas cópias de alguns versos sobre liberdade e igualdade, e 4 cadernos doutrinários de civismo e religião, cuja letra não coincidia com a das proclamações.

No dia 20 foi preso o soldado Luiz Gonzaga das Virgens, que seria o primeiro a ser enforcado. Sua casa foi varejada e aí encontraram várias cartas, petições, um discurso de Boissy d’Anglars e um papel intitulado “Aviso ao público em 10/2/1796 – Petersburgo”. Temendo que Luiz Gonzaga falasse e implicasse os outros revolucionários, o alfaiate João de Deus pretendeu reunir companheiros para arrancá-lo da prisão e não prejudicar o movimento que ainda estava em fase inicial. Nesse sentido convocou uma reunião para a noite de 25 no campo do Dique. Denunciada tal reunião pelo barbeiro e capitão do regimento dos pretos, Joaquim José de Sant’Ana, a mesma fracassou e João de Deus foi preso.<sup>9</sup>

D. Fernando, antes tão descrente daquele movimento, passara a tomar medidas rápidas e enérgicas contra ele. Forças foram movimentadas a fim de ocupar todas as estradas, as guardas

8. Affonso Ruy, ob. cit., pp. 81-85.

9. Affonso Ruy, ob. cit., pp. 88-91.

reforçadas e os batalhões aprestados para prevenir possíveis alterações da ordem pública; foram varejadas as casas da cidade, dos subúrbios e dos engenhos. Sucediavam-se as prisões e as cadeias ficaram repletas.

Preso, veio do recôncavo o alfaiate Gonçalo Gonçalves de Oliveira, capturado no engenho São José, no dia 4 de setembro; e da ilha de Madre de Deus, o bordador pardo Domingos Pedro Ribeiro; em Rio das Contas foram apreendidos livros e escritos subversivos.

Na devassa foram ouvidas 60 testemunhas e quase outras tantas foram referidas. Apurou-se a culpabilidade de 34 prisioneiros. O último detido, no dia 1º de fevereiro de 1799, foi Francisco Moniz Barreto, professor régio de gramática no Rio das Contas, comarca de Jacobina.

João de Deus, no dia 4 de setembro, simulou demência perante o juiz inquiridor, Desembargador Costa Pinto; examinado no dia 8 por vários médicos na sala da cadeia, evidenciou-se sua simulação e foi imediatamente encarcerado.

Se os Tenentes Aguilar Pantoja e Antônio Gomes, o cirurgião *Cipriano Barata e outros inconfidentes responderam por suas atividades*, alguns, pelo jogo de influências poderosas e até de dinheiro, livraram-se de qualquer punição. Inácio de Siqueira Bulcão, por exemplo, conseguiu livrar-se do processo por ser casado com a filha do secretário do governo José Pires de Carvalho e Albuquerque.<sup>10</sup>

Os alfaiates Manuel Faustino e João de Deus, bem como o soldado Luiz Gonzaga das Virgens, portaram-se como verdadeiros heróis: mantiveram-se firmes nas suas declarações, não negaram sua participação na inconfidência e manifestaram seu desejo de presenciar o sucesso do movimento.

Encerrado o Sumario, incluindo 34 conjurados, D. Fernando escreveu em 20 de outubro de 1798 a D. Rodrigo fazendo um relato minucioso dos acontecimentos.<sup>11</sup>

Em nome da Rainha D. Maria I, veio logo a ordem de Lisboa: os réus deviam ser julgados pela Relação da Bahia com a maior prontidão e com a publicidade que prometiam as leis vigentes;

---

10. Affonso Ruy, ob. cit., pp. 117-118.

11. Affonso Ruy, ob. cit., pp. 124-133.

receberiam imediatamente o merecido castigo pelos seus crimes; contra eles se exerceria a severidade das leis; no futuro se contaria a todos que em tão grande atentado o Bem público não sofreu moderação alguma.<sup>12</sup>

Aos 19 de fevereiro de 1799 foi lavrado o “Termo de Conclusão” da Devassa assinado pelo escrivão João Luis de Abreu.<sup>13</sup>

D. Fernando enumerou para D. Rodrigo os nomes dos Desembargadores, da Relação da Bahia, juntando-lhes algumas anotações reservadas, a saber: Manuel Pinto de Avelar Barbedo, ouvidor geral do crime, “limpo de mãos”; José Pedro de Azevedo de Souza Câmara, “sabe bem da sua profissão, dotado de excelente talento”; Francisco Xavier da Silva Cabral, “mediano talento e pouca limpeza de mãos”; José Francisco de Oliveira, “não tem melhor conceito do público a respeito de limpeza de mãos”; Antonio Coelho de Azevedo, intendente da polícia, “ignorante, despachador”; Francisco Antonio Mourão, “de língua solta e suja, sem nenhuma compostura para o cargo, chegou a empenhar-se em luta corporal com o desembargador José Francisco de Oliveira no recinto da Relação”; José Luiz de Magalhães, “profere às vezes alguns despachos extravagantes e concebidos em termos impróprios, era acusado publicamente de venalidade por receber paga dos despachos que dava; em sua casa abatia rezes, cuja carne vendia a preços altos aproveitando a falta de gado”; e João Luiz Abreu, escrivão do crime, “de quem se dizia ser intermediário das partes litigantes com o desembargador Antonio Feliciano Carneiro para as prevaricações de justiça”. Eram estes os desembargadores que iam julgar os réus da Inconfidência Baiana de 1798!

Na cidade, comenta Affonso Ruy, ninguém acreditava na justiça que a Relação da Bahia simulava distribuir. Nunca fora tão desacreditada a lei, nem tão desmoralizados os juizes, contra os quais, afirmava D. Rodrigo de Souza Coutinho, “havia mil representações individuais”. Sugere Affonso Ruy que ao ser instaurado o Sumario já estavam lavradas as sentenças, sem qualquer possibilidade de reformá-las.<sup>14</sup>

12. Affonso Ruy, ob. cit., p. 72.

13. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XLIII-IV, Rio de Janeiro, 1931, p. 170.

14. Ob. cit., pp. 140-144.

Como patrono dos réus foi designado José Barbosa de Oliveira, advogado da Santa Casa da Misericórdia, que prestou assistência judiciária aos 34 réus, dentro do prazo de 5 dias, em 200 folhas, e 339 artigos de embargos, demonstrou a nulidade do processo pela falta de formalidades essenciais e a falibilidade das provas apresentadas.<sup>15</sup>

Tiradentes foi o único condenado, na Inconfidência Mineira, a ser enforcado e ter seu corpo esquartejado, sofrendo todas as ignomínias do Livro 5º das Ordenações.

Esse número é multiplicado por 4 na Inconfidência Baiana de 1798.

Pelo Acórdão de 5 de novembro de 1798 a Relação da Bahia condenou o primeiro cabeça, Luiz Gonzaga das Virgens, pelo crime de alta traição e lesa Majestade, “a que com baração e pregão [com corda no pescoço e alta vozes] seja levado até o lugar da forca erigida para este suplício, e que nela morra morte natural (na forca), para sempre, sendo-lhe depois de morto decepadas as mãos e cortada a cabeça, as quais ficarão postadas no dito lugar da execução até que o tempo as consuma, na confiscação de todos os seus bens para o fisco e Câmara Real; e declaram infame sua memória, de seus filhos e netos, e que sendo própria a casa da sua habitação, seja demolida e salgada, para nunca mais se reedificar”.

Quanto ao segundo réu, Domingos da Silva Lisboa, “como de ambas as devassas nada de positivo resultou contra ele, julgam purgado pela diuturnidade da prisão algum leve e remoto indicio, que o maculasse; condenam ambos nas custas deste processo. Bahia, 5/11/1798”.<sup>16</sup>

Condenados também a enforcamento e às demais indignidades, que nos fazem ferver o sangue, foram os soldados Lucas Dantas d’Amaral Torres, pardo, de 24 anos, e os alfaiates João de Deus do Nascimento, pardo, casado, de 27 anos, e Manuel Faustino dos Santos Lira, pardo, forro, de 22 anos.

Foram degredados para a África nove inconfidentes. Os tenentes Hermógenes de Aguilar Pantoja, branco, de 28 para 29 anos, e José Gomes de Oliveira Borges, de 29 anos, foram condenados a um ano de prisão.

15. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XLV, “A inconfidência Bahiana de 1798”, Rio de Janeiro, 1931, pp. 10-21.

16. ABN, vol. XLV, p. 37.

Interpostos embargos ao acórdão, o tribunal reduziu algumas penas. José Barbosa de Oliveira, opôs embargos ao segundo acórdão, que foram rejeitados. E no mesmo dia 7 de novembro, às 6 horas da tarde, os autos foram devolvidos ao cartório, com a decisão final de seis linhas, mandando cumpri-la e dar inteira execução ao acórdão embargado.

Às 7 horas da manhã foi lida, na sala dos presos da cadeia da Relação, a confirmação da sentença condenatória “de morte natural”, pelo terceiro acórdão. Cinco minutos depois os quatro revolucionários partiam escoltados para o Aljube, onde passariam sua última noite, vindo a madrugada encontrá-los já de pé.<sup>17</sup>

Pelas 11 horas da manhã do dia 8, o cortejo fúnebre partiu do Aljube com aparatoso cerimonial, que D. Fernando cuidadosamente preparara e do qual não prescindia.

À frente ia banda de cornetas e tambores, seguida das irmandades revestidas das suas opas e capas, de cruz alçada e com seus respectivos vigários. Logo após os condenados a degredo, de barão ao pescoço e mãos atadas às costas, precedidos do porteiro do Conselho, seguidos dos quatro inconfidentes, lívidos, vestindo as alvas dos condenados.

Dois frades franciscanos os acompanhavam, além de todos os escrivães, meirinhos e o porteiro da Relação.

Seguiam-se, empunhando a bandeira lusitana, o Senado da Câmara, os vereadores, os alcaides mór e mirim, e o procurador do Conselho. Mais atrás, a irmandade da Misericórdia. O carrasco precedia o fecho do cortejo, uma companhia de guerra do corpo de engenharia. Depois vinha a massa do povo, escravos e libertos, homens da plebe e burgueses apessoados. As janelas das casas, no trajeto da procissão da morte, estavam pejudadas de gente.

Na praça da Piedade os condenados foram dispostos em fila. Os franciscanos rezaram rapidamente a oração dos mortos. Num dos degraus do patíbulo o meirinhomór leu em voz alta os pregões reais. Com a serenidade dos mártires, João de Deus disse em voz alta: “Seja o que Deus quiser fazer do meu corpo e de minh'alma”.

Foi ele o primeiro a ser morto. Subiu com passos firmes a escada do patíbulo. Em breve os corpos dos quatro heróis balançavam no ar.

17. Affonso Ruy, ob. cit., pp. 162-164.

Ainda quentes os corpos foram esquartejados e postos nos lugares indicados pela sentença.

Em pouco a multidão angustiada fugiu daquele espetáculo dantesco. Os pontos onde estavam expostos as cabeças e quartos humanos eram evitados. Com o calor, aqueles despejos já no dia seguinte entraram em decomposição e no dia 11 tornara-se irrespirável o ar da cidade. O cirurgião médico do Senado e o provedor da saúde solicitaram a D. Fernando o enterro dos mesmos. O pedido foi deferido, mas somente no dia 13 foram enterrados no cemitério do Campo da Pólvora, sem qualquer acompanhamento ou aparato.<sup>18</sup>

Com a mesma pressa do enforcamento e esquartejamento dos quatro heróis, foram embarcados no dia 12, no bergantim “N. S. das Graças e Senhor do Bonfim” os degredados José Freitas Sacoto e Manuel Sant’Ana. No dia 22 seguiu para Fernando de Noronha, Cipriano Barata de Almeida. No mês de dezembro efetuaram-se as demais proscricções.

Os historiadores estrangeiros Heinrich Handelman e John Armitage e os historiadores brasileiros modernos, Inácio Accioly, Pedro Calmon e Gustavo Barroso consideraram secundária a inconfidência baiana de 1798. Austrícliano de Carvalho atribuiu-lhe a devida importância no seu livro *Brasil Colônia*. Affonso Ruy, na sua primorosa obra *A Primeira Revolução Social Brasileira* (1798), inscreveu definitivamente a Inconfidência Baiana de 1798 na historiografia brasileira.

---

18. Affonso Ruy, ob. cit., pp. 171-180

# HÉRCULES FLORENCE E A ZOOFONIA

Francisco FLORENCE

Hércules Florence foi também um pesquisador e quem primeiramente ordenou o material da segunda etapa da expedição Langsdorff. Uma de suas iniciativas na área da pesquisa foi a tentativa de anotar em pauta musical os sons produzidos pelos animais do Brasil. Quando se encontrava no Rio de Janeiro, em 1829, logo após voltar da viagem fluvial, e lembrando do som emitido por inúmeros animais selvagens lhe sugeriu a idéia de inventar novos sinais musicais que permitissem reproduzi-los. Desenvolveu um método próprio para o registro desses sons e escreveu um estudo a respeito do assunto, que publicou em 1831: “Pesquisas sobre a voz dos animais ou ensaio de um novo objeto de estudos, oferecido aos amigos da natureza”.

É possível que seu memento tenha sido o primeiro trabalho de pesquisa escrito e impresso no Brasil, revelando seu pioneirismo e a visão de quem estava muito além do homem comum de seu tempo. Deixou ele também o manuscrito “Memória sobre a possibilidade de descrever os sons e as articulações da voz dos animais”, que enviou para a Rússia e pertence ao acervo da Expedição Langsdorff.

Hércules, que era autodidata e cuja curiosidade estava relacionada com todos os aspectos da natureza, transcreveu os sons emitidos pelos animais percebendo que se tratava de sinais específicos de comunicação e denominou seu estudo de “Zooфонia”. Durante sua viagem com Langsdorff ao interior do Brasil, teve oportunidade de verificar a variabilidade de sons produzidos pelos animais, segundo as espécies. À medida que se deslocava de uma

região para outra se surpreendia com os gritos de animais que lhe eram desconhecidos enquanto que outros, já familiares, ou desapareciam, ou se faziam ouvir com alguma modificação na emissão sonora.

Quando a expedição subiu o manso curso do rio Paraguai ouviu, vindo dos bosques, o canto gutural dos bugios reunidos nas árvores. Um determinado grito deles, rouco e repetido com força, anunciava a presença do jacaré e seus urros, como se fossem extraordinários miados, avisavam a aproximação da onça.

O anhumapoca, nas margens alagadas do rio Paraguai era como o bater do sino nos campos. O socó-boi, de manhã e à noite, nos lagos e brejos, lembrava o mugido das vacas. A saracura, em monólogos na solidão, era como se conversasse sozinha em alta voz. O aracuã gritava como uma galinha assustada enquanto sua fêmea, e companheira inseparável, repetia, alternadamente, as mesmas notas de seu canto. Quando Hércules, certa manhã, atravessou um florido campo, pôde ouvir o alegre cantar da siriema, enquanto que as horas ardentes do dia eram marcadas pelo zunir das cigarras e o entardecer vinha com o piado triste e plangente da jaó.

Ao navegar os rios entre as regiões do Diamantino e Pará, Hércules notou que os sons emitidos pelos animais mudavam conforme se diversificava o aspecto da natureza. Ouviu, naquele território, o pequeno pássaro que chamavam de “tropeiro” porque seu assobio se parecia com o de um condutor de mulas. Durante a noite se sentia incomodado pelo coaxar dos sapos que se assemelhava ao som de um tambor batido com força e ritmo.

Em seu estudo destacou que, embora se procurasse saber tudo a respeito dos animais, por meio de desenhos e descrições, não havia muita preocupação em caracterizar o tipo de som que emitiam. Apesar disso, os horrores das trevas eram representados pelo canto das aves noturnas; o terror da solidão dos desertos, pelos gritos das feras; uma agradável paisagem, pelo gorgoeio dos pássaros e o alvorecer era retratado pelo canto do galo e o poente pelo chiar das cigarras ou pelo mugido das vacas. Assim, observava que havia uma harmonia entre o som produzido pelo animais e as localidades e os horários em que podia ser ouvido. Onde a natureza parecia triste, só se ouviriam sons tristes. Nos desertos áridos da Arábia o viajante nunca teria o som agradável da grande quantidade de animais do

região para outra se surpreendia com os gritos de animais que lhe eram desconhecidos enquanto que outros, já familiares, ou desapareciam, ou se faziam ouvir com alguma modificação na emissão sonora.

Quando a expedição subiu o manso curso do rio Paraguai ouviu, vindo dos bosques, o canto gutural dos bugios reunidos nas árvores. Um determinado grito deles, rouco e repetido com força, anunciava a presença do jacaré e seus urros, como se fossem extraordinários miados, avisavam a aproximação da onça.

O anhumapoca, nas margens alagadas do rio Paraguai era como o bater do sino nos campos. O socó-boi, de manhã e à noite, nos lagos e brejos, lembrava o mugido das vacas. A saracura, em monólogos na solidão, era como se conversasse sozinha em alta voz. O aracuã gritava como uma galinha assustada enquanto sua fêmea, e companheira inseparável, repetia, alternadamente, as mesmas notas de seu canto. Quando Hércules, certa manhã, atravessou um florido campo, pôde ouvir o alegre cantar da siriema, enquanto que as horas ardentes do dia eram marcadas pelo zunir das cigarras e o entardecer vinha com o piado triste e plangente da jaó.

Ao navegar os rios entre as regiões do Diamantino e Pará, Hércules notou que os sons emitidos pelos animais mudavam conforme se diversificava o aspecto da natureza. Ouviu, naquele território, o pequeno pássaro que chamavam de "tropeiro" porque seu assobio se parecia com o de um condutor de mulas. Durante a noite se sentia incomodado pelo coaxar dos sapos que se assemelhava ao som de um tambor batido com força e ritmo.

Em seu estudo destacou que, embora se procurasse saber tudo a respeito dos animais, por meio de desenhos e descrições, não havia muita preocupação em caracterizar o tipo de som que emitiam. Apesar disso, os horrores das trevas eram representados pelo canto das aves noturnas; o terror da solidão dos desertos, pelos gritos das feras; uma agradável paisagem, pelo gorgueio dos pássaros e o alvorecer era retratado pelo canto do galo e o poente pelo chiar das cigarras ou pelo mugido das vacas. Assim, observava que havia uma harmonia entre o som produzido pelo animais e as localidades e os horários em que podia ser ouvido. Onde a natureza parecia triste, só se ouviriam sons tristes. Nos desertos áridos da Arábia o viajante nunca teria o som agradável da grande quantidade de animais do

Brasil e num rochedo sem vegetação do oceano, os gritos as aves combinariam com o ruído produzido por ondas e ventos.

Ao descrever o canto da araponga, Hércules transcreveu uma fábula que os caipiras contavam. Certa vez a onça e a araponga fizeram uma aposta para saber qual das duas se assustava com o maior grito que uma delas fosse capaz de emitir. A onça foi que iniciou, e usou de toda a força possível para produzir seu tremendo urro, mas a araponga nem se abalou. Em seguida, a araponga insistindo em seu canto tremido e suave com se fosse a lima no ferro, um ruído a princípio fraco, sonoro e agradável, fez a onça cochilar. Ao aperceber que a onça havia adormecido, a araponga feriu com a nota agudíssima de seu canto que se assemelha ao malho caindo pesadamente sobre a bigorna. A onça, acordando assustada, deu um grande salto e, claro, perdeu a aposta.

No final de seu memento Hércules previu a destruição das florestas pelo machado e pelo fogo e que os animais que nelas viviam seriam extintos ou se tornariam raros e esquivos. Lembrou que estaria aí a importância da zoofonia, capaz de conservar a exata representação do modo pelo qual esses animais expressavam suas sensações ou modulavam seus cantos. A zoofonia, finalmente, após quase século e meio, se tornou uma ciência e passou a ser conhecida como bioacústica.

(Do "Correio Popular", de 14-10-1978)

# O PROCESSO DA INQUISIÇÃO DE LISBOA N. 16.805

Luís Henrique Dias TAVARES

O processo da Inquisição de Lisboa n. 16.805 está citada no livro de István Jancsó, *Na Bahia, contra o Império*, Hucitec-EDUFBA, 1996. Trabalhei com este Processo, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em setembro de 2000, com ajuda de uma Bolsa de Pesquisa concedida pelo Instituto Camões. Ele nos interessa muito especialmente por causa dos referências ao baiano José Borges de Barros, hoje reconhecido como um dos participantes da ainda obscura fase conspirativa do movimento revolucionário de 1798 na cidade do Salvador, Bahia.

Este Processo foi instalado em 14 de março de 1803 pelo desembargador José Anastácio Lopes Cardoso, Corregedor do Crime do Bairro Alto, com a participação do Corregedor das Armas do bairro do Mocambo, Joaquim Antônio da Costa, motivado pela prisão do inglês Diogo Gellingham, preso no porto de Lisboa, a bordo da escuna Antuérpia, sob a acusação de tráfico de dinheiro português falso. Como não falasse “couza alguma da Língua Portuguesa”, serviu de interprete o carcereiro José Antônio Grenier. Para se identificar, declarou-se nascido na Irlanda, filho de Maria e Duarte Gellingham, com 27 anos de idade, de profissão “armador”, casado e residente em Totter Lane, Londres. Respondeu a cinco interrogatórios, que se estenderam de 14 de março a 2 de abril de 1803. No segundo dia de sua prisão foi preso o inglês João Farrell, que respondeu a um único interrogatório, a 15 de março de 1803.

O Processo 16.805 tem 74 fólios e se encontra em bom estado de conservação. Depois dos cinco interrogatórios respondidos por

Gellingham, e do único de Farrell, o desembargador José Anastácio Lopes Cardoso encerrou o processo sem conclusões no dia 2 de abril de 1803, despachando-o depois para “instancia superior”. Por enquanto, não há informações sobre como transitou posteriormente, nem sobre o que sucedeu aos ingleses Gellingham e Farrell.

Uma das questões que este Processo suscita é a do tráfico de dinheiro português falso da Inglaterra para Portugal. Por certo que é uma questão importante. No entanto, como me escapa, por não corresponder ao meu projeto de pesquisa, passo ao que interessa-me, que é o baiano José Borges de Barros. Ele comparece em todas as declarações de Gellingham sob duas condições. Uma, a de fabricante e traficante de moeda falsa. E a outra, como patriota brasileiro que se fizera fabricante e traficante de moeda falsa com o objetivo de acumular recursos financeiros que lhe permitissem “pagar à França” para que libertasse a sua pátria da condição de colônia de Portugal.

Ao responder a primeira pergunta do desembargador Lopes Cardoso, que lhe indagou sobre o que vinha fazer em Lisboa, Gellingham declarou que pretendia comprar vinho e algodão para o comerciante brasileiro José Borges de Barros, a quem ele conhecia por ser seu vizinho em Tetter Lane. Para isto devia procurar o sócio de José Borges de Barros em Lisboa, Alexandre Assupard, que lhe forneceria a quantia necessária para as compras que deveria realizar de vinho e algodão. Adiantou que ele trazia 20 mil réis em Letras ou Bilhetes, cartas e uma caixa com roupas, cuja chave lhe fora tomada ao ser preso. Adiantou que José Borges de Barros lhe dissera que Assupard era um dos mais ricos comerciantes de Lisboa.

No segundo interrogatório, 15 de março, Gellingham informou que conhecera Borges de Barros há mais de um ano, em Londres, quando ambos foram presos por causa de moeda falsa. Ao ser solto, e residindo no mesmo prédio que José Borges de Barros, o brasileiro o convidara para se associar a ele no fabrico e venda de dinheiro português falso, em papel ou metal, sugestão do seu sócio e amigo Alexandre Assupard de Barros e de Silvestre Godhia, outro seu amigo e associado em Lisboa. Declarou que aceitara e que ficaram sócios. Na etapa seguinte, conseguiram chapas para bilhetes de 20 mil réis, só não sabia quem fora o “abridor” e o “impressor”, mas sabia que as chapas e os cunhos estavam guardados na gaveta falsa de um baú escondido na casa de José Borges de Barros em

Londres. Nesta altura das declarações, Gellingham acrescentou mais um personagem, o mestre inglês na confecção de mapas, Weyward, morador na travessa Holborn. Em seguida Gellingham negociou conseguir as chapas e os cunhas em mãos de José Borges de Barros em troca de sua liberdade. Disse que eles já possuíam impressos 4 mil e 900 réis, que se encontravam com ele na caixa que estava na “carga do navio” e que pretendiam imprimir 4 mil e seiscentos réis portugueses a serem enviados para a ilha da Madeira, “que era onde José Borges de Barros residia”.

Gellingham insistiu com o desembargador para que alertasse as autoridades portuguesas sobre a necessidade de vigiar José Borges de Barros, pois este era “inimigo de Portugal” e desejava “revoltar os povos do Brasil” logo que tivesse “os meios”. Confidenciou mais que José Borges de Barros lhe revelara que traduzia o livro de Thomas Payne, *Os direitos do homem*, e espalhara cópias na ilha da Madeira, enviando outras para o Brasil.

No interrogatório do dia 17 Gellingham entregou Farrell ao declarar que ele estava implicado no mesmo plano de fabrico e venda de dinheiro falso português e que ele era “compositor de Letras” (ou seja: fazia dinheiro falso). Informou que Assupard morava na rua do Norte, perto da praça da Ribeira Nova. Repetiu que José Borges de Barros lhe dissera que a venda de moeda falsa se destinava a “tirar o Brasil do domínio de Portugal”. É curioso que Gellingham não se lembrasse exatamente de que parte do Brasil era José Borges de Barros. Parecia-lhe que fosse oriundo do Rio de Janeiro, ou da “capital do Brasil, aonde conhecia a maior parte dos oficiais militares”. Indagado se José Borges de Barros tinha algum associado nessas idéias em Lisboa ou Londres, Gellingham respondeu que não sabia, mas sabia que ele recebia cartas do Brasil.

A questão do tráfico de dinheiro português falso cedeu lugar no quarto interrogatório ao tema da subversão no Brasil. Gellingham recordou que José Borges lhe dissera que se envolvera “em huma sublevação que se fizera no Brazil sua Pátria, haveria seis annos pouco mais ou menos em que alguns depois forão justicados, mas que elle Borges escapara por ter vindo na véspera para Lisboa”. Ao falar desses acontecimentos, Gellingham disse que José Borges de Barros Elogiava a conduta dos revolucionários, “que tinhão morrido como homens, e que elle queria fazer uma accção eroica, ainda que tivesse o

mesmo fim”. Este trecho do Processo é particularmente expressivo por ser a única lembrança que se conhece (ainda que indireta) de José Borges de Barros como participante do movimento revolucionário de 1798. Calculado tomando como base 1803, “Seis annos pouco mais ou menos” corresponde a 1797. Ao que sabemos, a conspiração em que José Borges de Barros e outros estariam envolvidos, foi denunciada em junho de 1797 ao governador Fernando José de Portugal. Sem que se tenha qualquer documento sobre esses acontecimentos, supõe-se que os conspiradores foram avisados, o que a os levou a viajar para Lisboa. É a altura em que saem da cidade do Salvador Francisco Agostinho Gomes, José da Silva Lisboa e José Borges de Barros.

Gellingham atçou ainda mais as labaredas ao declarar que José Borges de Barros “escrevia muitos papeis contra a Religião e contra o Governo de Portugal, assim em verso, como em prosa, em português”, espalhando-os no Brasil. A Inquisição já suspeitara das idéias e atividades de José Borges de Barros, mas ele cuidara de queimar todos os papéis que o implicassem com a maçonaria, “a que elle pertencia”. Gellingham declarou que o escutara dizer que era Grão Mestre da maçonaria na ilha da Madeira. Perguntado o que ele lhe confidenciara, Gellingham disse que José Borges de Barros lhe confiara: “logo que tivesse huma considerável somma em dinheiro ad’ querido com falsificação da Moeda Papel ou Metalica, se havia de oferecer ao Governo Francez para a sublevação do Brasil; que então havia de passar ao Brazil, fazer amizade intima com os Officiaes Militares que já conhecia, particularmente com um fulano Paulo, com quem se correspondia, de Madeira, e de Lisboa, e de quem esperava toda proteção, no projecto, por ser bem quisto dos Soldados”. Acrescentou Gellingham que José Borges de Barros dizia: “Com o dinheiro havia de ensinar os pobres a fabricarem manufacturas no Brazil”(..) “onde são proibidas as fabricas”. Em suas declarações, Farrell recordou que José Borges de Barros queria lhe enviar de Londres “papeis sediciosos” para que os espalhasse em Lisboa.

Como se vê, o Processo da Inquisição de Lisboa 16805 é instigante, mas ainda exige muita pesquisa e muito estudo para ser considerado como deve.

# AÇORIANOS EM SÃO PAULO (NOS SÉCULOS XVI, XVII, XVIII E XIX)

Paulo BOMFIM

Certa noite, encontramos-nos em casa de Manoel Octaviano Junqueira Filho: Zorita e Beatriz Junqueira de Oliveira, Gilberto de Mello Kujawski, Paulo Fernando Campos Salles de Toledo, Antonio Penteado Mendonça e eu. Alguns anos depois, a propósito de carta que o primo José Estrela Rego me envia de Ponta Delgada solicitando dados da imigração açoriana em São Paulo, rememoro aquela reunião que congregou caminhos que singraram um dia as mesmas origens.

Todos nós ali presentes, irmanados no mesmo amor a São Paulo, tínhamos, remotamente, um porto de partida nos Açores. A começar pelo anfitrião e suas primas Beatriz e Zorita Junqueira de Oliveira, que descendem de Antonia da Graça, uma das lendárias “Tres Ilhoas” chegadas ao Brasil em 1723, oriundas da Ilha do Faial; Gilberto de Mello Kujawski procede por sua mãe dos Mello Tavares da Ilha de São Miguel; Paulo Fernando Campos Salles de Toledo vem, por seu lado materno, de Francisco de Arruda e Sá, da Ilha de São Miguel; Antonio Penteado Mendonça tem suas origens nos Mendonças da Ilha Terceira e nos Penteados que provêm de Pascoal Leite Furtado, natural da Ilha de Santa Maria; e eu, neto de Sebastião de Arruda Botelho Lebeis e de Elisa de Arruda Freitas Magalhães, ambos descendentes de Sebastião de Arruda Botelho, da Ilha de São Miguel.

A presença dos ilhéus em São Paulo, ao contrário do que ocorre no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, em Minas Gerais, no Maranhão e no Pará, ainda não foi estudada em profundidade.

Os açorianos que aqui chegaram nos primeiros séculos, não devem ter estranhado a mudança de suas ilhas cercadas de azul para a ilha do planalto rodeada do verde dos sertões.

Seus hábitos foram se diluindo na terra virgem que iam conquistando, mas irrompem de vez em quando, nas cavalcadas de outrora, nas Festas do Divino, no rito de velhos carnavais, em torno das fogueiras de São João, no ponteio das violas, nas procissões, no artesanato, na música dos carros de boi, na solidão e no espírito de independência dos velhos paulistas.

Quando estive em São Miguel, hospedado no solar do primo Augusto de Athayde Soares D'Albergaria, percorrendo a ilha e me iniciando em seus mistérios pelas mãos fraternas de José Estrela Rego, Carlos Mello Bento, Victor Meireles e do encantador casal Antonio Manuel e Maria Margarida de Oliveira, que dirigem o Museu Carlos Machado em Ponta Delgada, senti-me como se estivesse voltando à casa de meus avós. Tudo que via me deslumbrava e, ao mesmo tempo, era muito familiar.

Até o cozido que comi cozinhado sobre as águas vulcânicas de Furnas, despertou em mim um rememorar proustiano. Era o mesmo cozido que minha mãe, minha avó Zilota, minha bisavó Leôncia e minha trisavó Donana, em suas quatro gerações de Arrudas, faziam!

Mas voltando aos primitivos troncos açorianos em São Paulo, na segunda metade do século XVI, João de Abreu, natural da Ilha Terceira, veio para Santos em 1568, onde se casa com Isabel de Proença Varela, neta de Bras Cubas. Foi almoxarife e provedor das capitanias de Santo Amaro e São Vicente. Tomou parte com seus agregados, nas jornadas de Cabo Frio em 1575 e de Paranaguá em 1585. Obteve duas sesmarias no litoral vicentino, falecendo em 1614. Quando aqui chegou já encontrou Pedro Afonso (dos Afonsos e Gagos das Ilhas) casado com uma índia tapuia que aprisionara.

Nessa época chegam também os irmãos Antonio Bicudo (Carneiro) e Vicente Bicudo originários da ilha de São Miguel. Antonio Bicudo Carneiro, Ouvidor da Capitania de São Vicente, em 1585, foi quem mandou levantar o pelourinho da Vila de São Paulo. Casou com Isabel Rodrigues. Participa das bandeiras de Nicolau Barreto em 1602 e de Raposo Tavares em 1628 ao Guairá.

De sua progênie se notabilizaram na epopéias sertanista: Manoel de Campos Bicudo e o legendário Antonio Pires de Campos, o "Pai Pirá". Seu bisneto, o Capitão Antonio Bicudo Leme, o "Via

Sacra”, funda Pindamonhangaba. O irmão de Antonio Bicudo Carneiro, Vicente Bicudo, faleceu na bandeira de Lazaro da Costa em 1616, nos sertões de Santa Catarina.

Dos Cabrais oriundos dos Açores e que foram tronco das mais antigas famílias paulistas, destacamos o Governador Pedro Alvares Cabral, natural da Ilha de São Miguel, casado com Suzana Moreira, filha de Jorge Moreira e de Isabel Velho, primeiros povoadores vicentinos, e o Capitão Manuel da Costa Cabral, também natural da Ilha de São Miguel, falecido em Taubaté em 1659.

Outro patriarca de ilustre geração em São Paulo, foi Dom Simão de Toledo Piza, natural de Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, casado com Maria Pedroso e que foi juiz de órfãos até 1661.

Fernão Dias Pais, das maiores figuras de nosso bandeirismo, era ilhéu por parte de seu pai Pedro Dias Pais Leme, oriundo dos Lemes da Ilha da Madeira, e de sua mãe Maria Leite da Silva, filha de Pascoal Leite Furtado, natural da Ilha de Santa Maria, nos Açores, que veio para São Vicente em 1599 com D. Francisco de Sousa onde se casa com Isabel Prado, filha do bandeirantes João do Prado, falecido em 1596 no sertão do Paranaíba, no arraial de João Pereira de Sousa Botafogo, que daria nome ao bairro do Botafogo no Rio de Janeiro, local de sua antiga sesmaria.

Pascoal Leite Furtado era filho de Gonçalo Martins Leite e de Maria da Silva e neto paterno do fidalgo açoriano Jorge Furtado de Sousa e de Catarina Nunes Velho.

Numa predestinação esses genes enriquecedores do bandeirismo voltariam aos Açores com o casamento de Maria Leite e Mariana Leite, filhas de Borba Gato, com os irmãos Jeronimo Tavares de Arruda e Francisco de Arruda e Sá; regressariam também com a paulista Rosa Leite da Silva que se casa com açoriano Antonio do Rego e Sá (também chamado de Arruda e Sá). Rosa descendia de Pedro Dias Pais Leme e de sua mulher Maria Leite, filha do açoriano Pascoal Leite Furtado. Seu outro antepassado Bras Cubas, fundador de Santos e Moji das Cruzes foi das maiores figuras do quinhentismo brasileiro.

O sangue de Bras Cubas, de Fernão Dias Pais e de Borba Gato irmana ainda mais o Arquipélago dos Açores com São Paulo.

Os três irmãos, Sebastião de Arruda Botelho, Francisco de Arruda e Sá e André de Sampaio e Arruda, naturais da Ilha de São

Miguel, chegaram a São Paulo em 1654, indo morar um Itu. Descendiam de Gonçalo Vaz Botelho que fundou, na Ilha de São Miguel, Vila Franca no século XV.

No século XVIII encontramos em Itu o Sargento-mor João Falcão de Sousa, da Ilha de São Miguel, casado com Antonio Campos, pais de Barbara de Sousa Meneses casada com Manuel de Sampaio Pacheco, natural da Ilha de São Miguel, que foi Capitão-mor de Itu onde faleceu em 1762.

Itu torna-se um polo de irradiação açoriana em São Paulo. Para lá não foram casais de imigrantes, mas filhos segundos de famílias nobres das Ilhas, aparentados entre si, que se casaram com paulistas.

Domitila de Castro Canto e Mello, a célebre Marquesa de Santos, possuía também origem açoriana. Filha de João de Castro Canto e Mello, 1º Visconde de Castro, natural da Ilha Terceira e de Escholastica Bonifácio de Toledo Ribas, neta do açoriano Dom Simão de Toledo Piza.

A chegada dos primeiros casais açorianos à cidade de Casa Branca, em 1814, no ano de sua fundação, tão bem estudados na monografia de Amelia Franzolin Trevisan intitulada: “Casa Branca, a povoação dos ilhéus” é um dos marcos da história da imigração em São Paulo.

Do núcleo que deveria permanecer em terras doadas pelo coronel José Vaz de Carvalho, apenas meia dúzia de famílias permaneceram na futura Fazenda dos Ilhéus: os Avila Neto, os Sousa Pimentel, os Espinola, Velloso, Cardoso e Rosa. As outras, sempre perseguidas pela má vontade do conde de Palma, Governador de São Paulo, acabariam partindo para a Vila de São Carlos (Campinas): os Vallério, Batista, Borbas, Cunhas, Frutuoso José e Francisco Antonio. Para Cubatão foram os Espinola Bitencourt, Raposos, Conde Paes, Correa de Mello e Machados. Na cidade de São Paulo ficou Antonio de Sousa Pacheco e na Fazenda Santana, nas terras que pertenceram no passado aos jesuítas e, anteriormente, a Salvador Pires de Medeiros e sua mulher Iignes Monteiro de Alvarenga, a famosa “Matrona” do século XVII, as famílias Nascimento, Mello e Costa.

Essa relação dos casais de ilhéus estabelecidos em São Paulo, é de Daniel Pedro Muller e data de 4 de Fevereiro de 1817.

Numa de suas andanças pelo mundo, meu avô Francisco Rodrigues dos Santos Bomfim, na época da fundação de Vila Bomfim, hoje Bomfim Paulista, passando pelos Açores onde foi procurar colonos para suas fazendas, encanta-se com a inteligência de um menino de cinco anõs chamado David Pimentel que acaba trazendo para São Paulo. Esse menino vai morar em Casa Branca onde existia ainda um grupo de famílias de origem açoriana. Cresce e torna-se figura marcante em Piratininga, nome de rua e pai do jurisconsulto professor Manoel Pedro Pimentel.

No século XIX, Martinho Prado Junior trouxe para uma de suas fazendas, na região de Ribeirão Preto, algumas famílias da Ilha de São Miguel. Em Janeiro de 1882 chegam também a Descalvado casais provenientes da Ilha de São Miguel. Em Dezembro de 1883 o "Petrópolis" aporta em Santos com outra leva de imigrantes açorianos que se dirigem para fazendas de café em Moji-Mirim, Campinas e Piracicaba.

Na Vila Carrão, em São Paulo, concentra-se hoje a maior população de açorianos e seus descendentes. A partir de 1974, comemora-se nesse bairro a Festa do Divino Espírito Santo com procissão e a Missa do Divino Espírito Santo oficiada ao final da piedosa caminhada que vai da sede da Casa dos Açores até a Igreja de Santa Maria. A quermesse da Festa do Divino é ponto de encontro dos açorianos de São Paulo. O lucro obtido com a venda do artesanato das Ilhas, da lingüiça obtida da "matança dos porcos", tradição chegada com os imigrantes, do pão de massa sovada, das malassadas, dos doces típicos e do vinho ilhéu, destina-se a um fundo que a Casa dos Açores tem para a construção da ermida do Divino Espírito Santo.

Da Paulicéia do século XIX, as chácaras dos açorianos Paim e Pamplona agora são ruas, e as terras dos Ferreira da Rosa formaram o Jardim Europa. Caminhando pelo bairro de Pinheiros, lembramos que ali existiu outrora a fazenda do bandeirante Fernão Dias Pais, neto de açoriano.

Na música do compositor Camargo Guarnieri (Arruda Camargo Guarnieri), na pintura de Tarsila do Amaral (Estanislau do Amaral), na poesia de Amadeu Amaral (Arruda Leite Penteadado Amaral), nos romances de José Geraldo Vieira (Machado, Drumond da Costa Fortuna), na graça de Procopio Ferreira que era Quental da

Ilha de São Miguel, nos escritos de Mário de Andrade (Almeida Leite de Moraes Andrade), e na santidade do Padre Dias Pacheco de Itu, presente-se distante, o marulhar das ondas nos Açores.

A saga dos açorianos que partiram em 1675 do Faial rumo ao Grão Pará e, em meados do século XVIII povoaram Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, transfigura-se em São Paulo no bandeirismo e pulsa numa quadra do folclore da Ilha de São Miguel:

*“Quem me dera agora estar  
Onde está meu pensamento,  
Desta ilha para fora  
E Do Brasil para Dentro.”*

*São Paulo, Agosto de 2001*

# HERBERT BALDUS, ETNÓLOGO DO BRASIL

João Ricardo de Castro CALDEIRA

"O melhor professor que tive foi Herbert Baldus. (...) Aprendi muito com Baldus. Aprendi sobretudo a fazer meu seu ideal científico de estudar a natureza humana pela observação dos modos de ser, de viver e de pensar dos índios do Brasil."

Darcy Ribeiro  
*Confissões*, 1997

Como é sabido, o desenvolvimento da Etnologia brasileira muito deve à contribuição de estudiosos e pesquisadores de origem alemã, como Martius, von den Steinen, Koch-Grünberg, Ehrenreich, Max Schmidt, Nimuendajú. Entre eles, todavia, destaca-se Herbert Baldus (1899-1970), pelas diretrizes inovadoras que impôs ao ensino e à pesquisa daquela ciência no Brasil.

Chegado ao país com o título de doutor em Etnologia obtido *cum laude* na Universidade de Berlim, Baldus fixou residência definitiva na cidade de São Paulo a partir de 1933.<sup>1</sup>

Baldus iniciou, em 1939, o ensino de Etnologia do Brasil na Escola de Sociologia e política de São Paulo, instituição na qual lecionou aquela disciplina por mais de vinte anos (1939-1960). Ali também realizou pesquisas, orientou tese de pós-graduação (entre as quais se inclui a já clássica de Florestan Fernandes, *Organização*

---

1. Herbert Baldus estivera anteriormente nessa capital na década de 1920, quando realizava pesquisas na América do Sul, havendo retornado à Alemanha em 1928, onde obteve seu doutorado.

*social dos Tupinambá*) e exerceu forte influência na formação de jovens etnólogos, como Darcy Ribeiro, Gioconda Mussolini, Harald Schultz, Wilma Chiara e outros.

Nessa mesma Escola aproximou-se bastante de Sérgio Buarque de Holanda, em quem despertou o interesse pela pesquisa etnológica em combinação com a historiográfica, com ênfase para os aspectos tecnológicos e dos mitos indígenas. É possível dizer-se então que, a partir de seus contatos com Baldus, Sérgio Buarque acrescentou novas orientações aos seus estudos, como elas podem ser observadas em *Monções* (1945), *Índios e mamelucos na expansão paulista* (1949), *Caminhos e fronteiras* (1957) e *Visão do Paraíso* (1959).

Herbert Baldus também teve forte atuação no Museu Paulista, tendo dirigido a Secção de Etnologia e a Revista dessa instituição, deixando marcas profundas de sua passagem. Durante sua gestão, a mencionada secção foi bastante ativa, como se pode depreender da leitura dos relatórios publicados na *Revista do Museu Paulista* no período. Acrescente-se que, nas décadas de 1940 e 1950, sob sua direção, a Revista constituiu um dos principais veículos de divulgação da produção universitária brasileira de Sociologia e Antropologia.

Cumpra ainda destacar que, no Brasil, Baldus inclui-se entre os pioneiros da pesquisa acadêmica de gabinete e de campo na área da Etnologia. Neste sentido, desenvolveu “*diversas pesquisas científicas entre os indígenas (...) dos estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás e Pará*”.<sup>2</sup>

Coube a ele também o pioneirismo da implantação, no país, dos estudos de aculturação de tribos indígenas. De acordo com o antropólogo Egon Schaden, foi Baldus quem “*teve o mérito não só de chamar a atenção dos estudiosos das culturas nativas para o alcance teórico e prático das pesquisas neste campo, mas também de mostrar o grau em que variam, de uma tribo para outra, as influências do mundo dos brancos e mestiços*”<sup>3</sup>. Ao fazê-lo, Baldus procurou, entre outras coisas, ressaltar a importância da análise do contato entre as

2. MASSI e PONTES, 1992, p. 15.

3. SCHADEN, 1979-1980, p. 268.

sociedades tribais e as culturas européias para a compreensão do próprio processo de formação da civilização brasileira.<sup>4</sup>

Pode-se afirmar, portanto, sem receios, que Baldus foi um cientista na acepção mais apropriada que essa palavra pode conter. Ao longo de sua atividade acadêmica, contemplou tanto os campos do ensino e da pesquisa, acima referidos, como o da divulgação de conhecimentos referentes à Etnologia das tribos indígenas brasileiras.

Em relação àquela última atividade, cumpre fazer referência aos artigos que escreveu e foram publicados em periódicos nacionais e estrangeiros (*Revista do Museu Paulista, Sociologia, Revista do Arquivo Municipal, Anthropos, Archiv fur Anthropologie und Volkerforschung, Archiv fur Religionwissenschaft* etc.), bem como aos seus livros, hoje clássicos, como os seguintes, conforme o ano de sua primeira edição: *Estudos de Etnologia Brasileira* (São Paulo, 1937); *Dicionário de Etnologia e Sociologia*, em colaboração com Emilio Willems (São Paulo, 1939); *Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira*, vol. I (São Paulo, 1954); *Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira*, vol. II (Hanover, 1968); *Tapirapé – Tribo tupi no Brasil Central* (São Paulo, 1970).

Certamente, pode-se considerar Herbert Baldus, ao lado de Curt Unkel Nimuendajú<sup>5</sup>, como um dos maiores expoentes alemães da moderna Etnologia brasileira. As contribuições de ambos se equivalem, distinguindo-se pelo fato de Nimuendajú haver atuado fora do meio acadêmico, enquanto Baldus teve sua atividade vinculada a instituições universitárias.

Devido à sua contribuição bastante reconhecida de pesquisador e formador de cientistas do decorrer do período de constituição e consolidação das Ciências Sociais em São Paulo (correspondente ao intervalo compreendido entre as décadas de 1930 e 1950), Baldus merece ser permanentemente lembrado, sobretudo através da leitura de suas obras e da análise de suas realizações nas instituições em que atuou.

4. Cf. BALDUS, 1937. De algum modo, pode-se afirmar que o conceito de aculturação foi, nas décadas de 1960 e 1970, reformulado por Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira. O primeiro o substitui por transfiguração étnica; o segundo, por *ficção interétnica*, com o propósito de indicar que o contato entre índios e civilizados no Brasil transcorreu de modo violento.

5. Sobre a atuação de Curt Nimuendajú, ver, por exemplo, SCHADEN, op. cit., esp. pp. 263-267.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BALDUS, Herbert. *Ensaio de etnologia brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. (Brasiliana, v. 101).
- MASSI, Fernanda e PONTES, Heloísa. *Guia bibliográfico dos brasilianistas: obras e autores editados no Brasil entre 1930 e 1988*. São Paulo: Editora Sumaré/FAPESP, 1992.
- SCHADEN, Egon. A etnologia no Brasil. In FERRI, Mário Guimarães e MOTOYAMA, Shozo (coords.). *História das ciências no Brasil*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1979-1980. V. 2. pp. 239-271.

# VIVA VERDI, UM GRITO DE GUERRA

## HOMENAGEM AO PRIMEIRO CENTENÁRIO DE

### GIUSEPPE VERDI (1823-1901)

Hélcio Pupo RIBEIRO

Segundo vários musicólogos, é costume dividir a obra de Giuseppe Verdi em três períodos: o primeiro é o de um aprendiz de boa vontade, seguindo modelos estabelecidos por Donizetti e Bellini. Procura definir sua personalidade e estilo musical. O segundo estágio rendeu-lhe as primeiras óperas célebres, destacando-se “Il Trovatore” e “Aida”, obras muito ricas em qualidade musical e inspiração melódica, num esforço admirável no plano de interpretação com grande unidade entre libreto e música. O terceiro revela novos limites. Nesta fase, produziu apenas duas obras: “Otelo” e “Falstaff”, as maiores de sua importante carreira, baseadas em Shakespeare. “É um brilhante compositor lírico, dos maiores gênios dramáticos da história da ópera”. (David Ewen).

Ele nasceu em Roncole, província de Piacenza, Itália, às 8:00 h da manhã do dia 12 de outubro. Foi registrado com o nome de Joseph Fortunin François Verdi, porque Piacenza estava ocupada pelas tropas de Napoleão e era, então, considerada território francês. Nesse mesmo dia, às 9:00 h, recebeu na pia batismal o nome de Joseph François Verdi. Estavam presentes seus pais Carlo Verdi e Luiza Utini.

Em 1825 Tocava órgão na igreja local, ainda um menino de 12 anos. Com 19 anos é recusado por imaturidade no Conservatório Musical de Milão, e passa a estudar com o professor Lavigna. Em 1836 deposa Marguerita Barezzi. Três anos após termina “Oberto, Conde de San Bonifácio”, sua primeira ópera, apresentada em novembro de 1839. Um fiasco. Tinha 20 anos.

1840 foi trágico para o jovem músico: perde, simultaneamente, a esposa e dois filhos. Arrasado mas disposto, estréia novo trabalho, “Un Giorno di Regno” que é apresentado em Milão. Mas, somente em 1842 surge o primeiro sucesso operístico com “Nabuco”. Rompe relações com Mereli, amigo, empresário e, então, sócio. Ainda abatido pela perda da família, vai para Busseto, cerca de 50 km de Roncole. No entanto, Verdi não resiste ao apelo cultural da cidade grande, retorna à Milão e aceita, após muita insistência, o libreto de “Nabucodonosor, que Merelli enfiara no bolso de seu capote.

À noite, em casa, ao despir o abrigo, jogando-o descuidadamente sobre uma cadeira, o libreto abriu-se no “Coro dos Escravos Hebreus”... “Vá pensiero, sull’ale dorate” (Voa pensamento sobre asas de ouro)...

Levada a cena no Scala de Milão, na noite de 9 de março de 1842, “Nabuco” foi o seu primeiro triunfo.

Nessa época une-se à soprano Giuseppina Streppone, cantora do Teatro Scala. Atuou em “Nabuco”(soprano).

Ela vai ser sua fiel companheira e animadora por muitos anos.

Com quase trinta óperas, “o lugar de Verdi na história da música está assegurado. Ele não foi apenas o maior de todos os compositores italianos de óperas, mas, um dos maiores de qualquer país, merecendo ser colocado entre Mozart e Wagner”. “Verdi foi a última grande figura da cena lírico-dramática da música italiana e com ela finda a linhagem iniciada por Monteverdi”, escreveu Paul Lang.

Por razões mais que óbvias não abordaremos, neste comentário, todos os seus trabalhos para o palco, No entanto, forçoso é analisar as obras principais, mais divulgadas e aplaudidas.

No ano de 1847 surge “Macbeth” inspirada em Shakespeare, com libreto de Francisco Maria Piave, apresentava em Florença. Em 1865, revisada, foi encenada em Paris.

É uma injustiça não haver esta obra sido valorizada, apesar de sua elevadíssima qualidade e, sim outras, o que outorgou a fama definitiva do autor. É possível que a linguagem do século XIX não tenha facilitado a expressão da profundidade abismal da natureza humana, como a que mostra o texto shakespeariano”, informa Kurt Pahlen. “As exigências do papel de Lady Macbeth são enormes; as que emanam do canto somam-se as já tremendas do original

dramático”. Isto explica, com certeza, as poucas apresentações desta obra prima.

Trabalhando sobre o texto de Francesco Maria Piave, inspirado no romance de Vitor Hugo, “Le Roi S’Amuse”, “Rigoletto” foi estreada em Mantua, no ano de 1851, causando novo sucesso do compositor. Interessante ressaltar que o escritor francês não tinha o mínimo prazer de ouvir ópera. Porém, bastou o tenor interpretar a conhecida ária “La Donna è mobile” para que o teatro “La Fenice”, em Veneza, viesse abaixo. Vitor Hugo considerou-se inteiramente derrotado.

“Rigoletto” é um maravilhoso conjunto de primores melódicos. Repare-se na romanza da soprano Gilda, “Caro Nome”. O monólogo do baixo “Pari Siamo – Lei com L’Spada e Io com la Lengua” (Somos iguais – você com a espada e eu com a lingua). Imprecação terrível, plena de grande dramaticidade, completada integralmente no final: “Gilda, mia... Gilda, ah! Maledizione”(Gilda, minha Gilda, a! Maldição!). Esta frase adquire mais força depois de ouvida a picaresca e brilhante tarantela: “Questa o quella...”(Esta ou Aquela...), na qual critica a vulgaridade da mulher, (tenor e soprano).

Dois anos depois é a vez de “Il Trovatore” (O Trovador). Texto de Salvatore Cammarano, apresentada no Teatro Apolo, em Roma em janeiro de 1853. O texto de Cammarano é baseado no dramalhão do espanhol Antonio Garcia Gutierrez, de exagerada e vazia eloquência para os dias atuais. Não obstante “O Trovador” é autentica colcha de retalhos saborosa. Exemplos: são: “Miserere”, “Stride la vampa” (Brada a chama) ária de Azusena (meio soprano) cigana condenada à fogueira; os coros dos Ferreiros e dos Soldados e no final do 4º ato a bela ária “Il Ballo Del suo Sorriso” (bailar do seu sorriso) cantada pelo Conde de Luna (baritono).

Foi mal recebida na estréia, pelos críticos e parte da assistência, sob a alegação de pobreza lírica. Verdade que a época do bel’canto passou, mas em apresentações sucessivas, o público mostrou-se mais perspicaz do que os “expert” pois, enfrentando a enchente do Rio Tibre, chafurdou-se lama para entrar no Teatro, onde mais prevaleceu o aplauso geral, prodigalizando ao compositor calorosas ovações.

Antes de suas récitas, foi ouvida em Nova York, Paris e Londres.

A torrente criadora do grande mestre não se exauriu, Entretanto, não é possível negar que o primeiro sucesso de Verdi foi a ópera “Nabuco”.

Ainda no mesmo ano (1853) é apresentada “La Traviata” (A Transviada) no Teatro “La Fenice”, Veneza, calçada no romance “A Dama das Camélias” de Alexandre Dumas. Recebida como obra de ruptura, não repetia as representações “históricas”. No palco os atores usaram a mesma indumentária que o público da platéia e sentiu-se decepcionado com os trajes dos cantores. E mais, “La Traviata” abordava tema algo escandaloso: a vida de uma mulher de conduta irregular, uma cortesã de Paris.

Amargurado, Verdi escreveu ao amigo e secretário Emmanuele Nuzio: “O erro foi meu ou dos atores?”. “O tempo dirá.” O problema, no entanto, residia na soprano Fany Salvini Donatella, de bons dotes vocais mas gordíssima, e que contrariava a personagem “Violeta”, pequena, frágil e tuberculosa. Apesar do momento trágico que se dá no final, quando o médico dá a sentença fatal. Não restam mais que poucas horas para a bela dama. A platéia explodia em risos.

Nas representações seguintes, entretanto, a ópera mostrava as suas qualidades musicais e conseguiu consolidar seu amplo êxito. Verdi já havia escrito 18 óperas.

No ano de 1871 vemos surgir um dos maiores triunfos de Giuseppe Verdi: “Aida”. Absolutamente consagradora. “Aida” tem quatro atos, com libreto de Antonio Ghislanzoni, aproveitando de Camille Du Locle e Mariette Bey. Foi escrita a pedido de Quêdiva Ismael Pachá e montada para o Teatro Lírico Italiano do Cairo, que comemorava, também, as festividades de abertura do Canal de Suez, obra sugerida pelo egiptólogo Mariette Bey e realizada pelo arquiteto francês Ferdinand Lesseps.

Seria preciso reiterar ainda que foi por meio de “Va Pensiero” “Nabuco”, que o célebre músico soube expressar os anseios nacionalistas de independência e liberdade. Nenhum italiano que ouvisse aquele coro-hino “Va Pensiero”, deixaria de se identificar com os rebeldes e logo se tornaria uma das melodias mais populares da época. O povo, arrebatado pelo entusiasmo da causa, adotou o empolgante coral como palavra de ordem, verdadeiro grito de guerra: “VIVA VERDI”. Isto significava: V.E.R.D.I. (Vittorio Emmanuele Re D’Italia).

As duas últimas óperas de Verdi são: “Otelo” e “Falstaff”, ambas baseadas em Shakespeare, gênio da literatura universal, fonte inesgotável de sabedoria.

“Otelo”, com libreto de Arrigo Boito, causou sensação na estréia, em 1887, no L’Scala de Milão, apresentado no elenco a figura de Francesco Tamagno, laureado tenor italiano, um dos maiores expoentes da música lírica da época. Foi ele que criou a mais dramática interpretação do personagem “Otelo”. Nesta obra, diz o crítico Streatfield: “... o compositor relevou à culminância de liberdade extrema com que jamais sonhara”. Ao lado do tenor Tamagno, “Otelo”, general mouro do exército Veneziano, Eva Tétrazini, soprano (Desdêmona), mulher branca de Otelo, Cassio, tenor (lugar tenente de Otelo) e “Iago”, figura trágica e sinistra, como alferes de “Otelo”. A história apaixonante de “Otelo” pela sua linda esposa “Desdêmona” e de desvairado ciúme, que o levou a matá-la, forma o contexto altamente patético da colossal obra prima verdiana. No auge de sua capacidade criadora o músico tinha como colaboradores, não só o poeta inglês, nascido em Stratford-On-Avon, como Boito, também poeta e eminente compositor que versou cerca de 3500 versos (na ópera, pouco mais de 800). A propósito, Verdi havia se imposto auto silêncio, insistindo em não mais compor para o palco. Assim, foi exclusivamente devido ao altamente trágico teor do libreto de Boito que voltou ao teatro com “Otelo”, rompendo dezenas de anos de jejum operístico. “Otelo” restituiu Verdi à luz da ribalta e novamente ele se mostrou como um duas décadas anteriores, o mais importante dos compositores italianos de sua época”. (D. Ewen).

Grandes momentos de relevância Lírica: o “Credo” de Iago, no primeiro ato; o “Brinde de Dueto de Amor” de Desdemôna e Otelo. No final, a ária “Venga La Morte” (Morte de Otelo), a canção do “Salgueiro” e “Ave Maria”(Desdemôna).

O coroamento deste esplêndido rosário de obras primas vem com FALSTAFF em três atos, libreto excelente do amigo e colega Arrigo Boito (1842-1918), literato, musicólogo, compositor, poeta e dramaturgo, sobre o qual falaremos oportunamente.

“Falstaff” é de 1893. Baseado em Shakespeare, foi novamente libretada por Arrigo Boito, valendo-se da obra ‘The Merry Wivez of Windsor’ (As alegres Comadres de Windsor). Estreou no Scala de milão em 9 de fevereiro. No Brasil foi apresentada duas vezes,

simultaneamente, no mesmo dia e na mesma hora, o que comprova dois elencos: No Rio de Janeiro (Teatro Lírico) e São Paulo (Teatro São Pedro). Tais representações se deram na noite de 29 de julho, isto é, 172 dias após a estréia mundial. Em Buenos Aires foi representada no antigo Teatro de Ópera, em 1893, mesmo ano da estréia. No Colón, foi cantada em 1912.

Recorrendo à obra de Gustave Kobbe (N. York, 1857) temos: “Se a composição de Otelo foi cercada de mistério, muito mais secreto foi o processo de criação de Falstaff. Até o fim Verdi sustentou que compunha nova ópera para seu próprio prazer, sem qualquer intenção de apresentá-la ao público. O velho compositor parece ter dado os últimos toques na partitura com imensa tristeza, convencido de que encerrava a sua carreira. Ele não comporia nenhuma outra ópera, mas sim outras peças, de cunho religioso: “Quattro Pezzi Sacri” que dariam, ainda, testemunho de sua energia criadora.”

Falstaff é um dos fenômenos da ópera mundial, uma comédia irresistivelmente alegre que não parece ter saído da pena do grande mestre, ainda que amparada no incomparável Shakespeare. Constitui, por si só, um extraordinário milagre ocorrido pela força do amor. Outro exemplo dessa benéfica influência é o arrojado dado ao término da ópera, quando o compositor faz, ousadamente, uma fuga a oito vozes. O elenco da monumental obra exige vozes superlativas: Sit John Falstaff (barítono ou baixo); Ford (barítono); Fenton (tenor); Dr. Cajus (tenor); Bardolfo (tenor cômico); Pistola (baixo cômico); Sras. Quisly e Meg Page (meios-sopranos); taverneiro, pagem de Ford, burgueses, povo, máscaras, fadas e duendes.

A ação se dá durante o reinado de Henrique IV, na Inglaterra (1367-1413), na cidade de Windsor. O nobre Sir John Falstaff, na mocidade pagem do Duque de Norfolk, ficou famoso pelas suas traquinices, na peça “A Alegres Comadres de Windsor”. Com esta obra, o compositor de “Otelo” contrariou cabalmente a previsão de Rossini, admirado, aliás, por Verdi, de que em tempo algum ele escreveria uma ópera cômica.”

“Trocando a tragédia pela comédia, Verdi escreve uma partitura que é um verdadeiro assombro de graça e ternura genial, um verdadeiro poema primaveril, tingido de uma filosofia sorridente e de humanismo confiante.”

No vigésimo primeiro dia de 1901, um novo século abria suas portas para o mundo. Verdi no Hotel de Milão, onde sempre era festivamente recebido. Abriu o guarda-roupa para trocar-se, teve mal súbito e caiu. Todo o seu lado direito foi paralisado. Por mais de seis dias o velho e robusto corpo batalhou a morte. Uma luta tremenda e dolorosa. O Prefeito milanês, numa sincera homenagem ao grande músico, mandou cobrir de feno e palha a rua defronte ao hotel, para não incomodar o amado herói nacional.

No dia 27, de madrugada, deu-se o desenlace. Na semi-penumbra do aposento, um vulto destacou-se, caminhando para a janela. Abriu-a de para em par e um frio gelado invadiu o ambiente, deixando entrar o adeus da multidão, triste, pesarosa, na despedida ao seu ídolo. Cabisbaixo e contrito, o saturno vulto retorna à cabeceira do ilustre morto. Era Arrigo Boito, o dedicado companheiro das últimas óperas. Quase num sussurro, murmurou: “La vita è breve ma la gloria è immortale!”.

O sepultamento se deu ao anoitecer, na “Casa de Repouso do Artista”, criada por ele. Sem música, com era seu desejo, e sem pompa, ao lado da esposa Giuseppina Strepponi.

Parte de sua grande fortuna, deixou para centros de caridade.

Lembrando, ainda, em 1873, por ocasião da morte do escritor e romancista italiano Alessandro Manzoni, que Verdi adorava como a um santo, o músico comprometeu-se com o Prefeito de Milão, a escrever uma missa de Requiem em homenagem ao dileto amigo. O officio religioso realizou-se em 22 de maio de 1874, na Catedral de São Marcos, perante uma assistência contrita e numerosa. A obra é recheada de profundo sentimento fúnebre, até que poucas vezes pesaroso em se tratando de obra para igreja. “É o meu impulso do coração”, explicou o autor.

O Requiem é uma grande peça sinfônico-coral e não agradou a todos. Alguns o criticaram taxando-a de operística, teatral e barulhenta, portanto, não adequada ao officio fúnebre.

Além do Requiem, o músico deixou algumas peças de caráter sacro:

O Quarteto de Cordas em mi menor escrito em Nápoles (1873); Quatro Peças Sacras; Te Deum; Pater Noster, 2 Ave Maria (uma delas a 4 vozes) ambas de 1880 e Laudi Alla Vergine (Canções em Louvor da Virgem).

Embora não referidas neste comentário, temos abaixo a relação de óperas por ordem de datas, títulos e locais de estréia:

- 1839 – “Oberto, Conde di S. Bonifácio” (Umberto, Conde de São Bonifácio) – Milão;
- 1840 – “Un Giorno di Regno” ou “Il finto Stanislão” (O Fingido Estanislau) – Milão;
- 1843 – “I Lombardi Alla Prima Crociata” (Os Lombardos da primeira cruzada) – Milão;
- 1844 – “Ernani”, –Veneza;
  - “I Due Foscari” (Os Dois Foscari) – Roma;
- 1845 – “Giovana d’Arco” (Joana D’Arc) – Milão;
  - “Alzira”, Napoles;
- 1846 – “Attila”, Veneza;
- 1847 – “I Masnadièri” (Os Bandoleiros) – Londres;
- 1848 – “Il Corsaro” (O Corsário) Trieste;
- 1849 – “La Bataglia di Legnano” (A Batalha de Legnano) – Roma
  - “Luiza Miller” (Luiza Miller) – Napole;
- 1851 – “Stiffelio” (Stiffelio) – Trieste;
- 1855 – “I Vespri Siciliani” (Vésperas Sicilianas) – Paris;
- 1857 – “Simion Boccanera” – (Premiada em 1881, em Milão) – estreada em Veneza;
- 1859 – “Un Ballo in Maschera” (Baile de Máscara) – Roma;
- 1862 – “La Forza Del Destino” (A Força do Destino) – São Petersburgo;
- 1867 – “Don Carlo” (Dom Carlos) – Paris;
- 1871 – “Aida” – Cairo;
- 1886 – “Ottelo” – Milão;
- 1893 – “Flastaff” – Milão.

# DOM BOSCO, O MENSAGEIRO DA ESPERANÇA

Arita Damasceno PETTENÁ

Quando nos deparamos, no dia-a-dia das notícias, com a violência que vai se institucionalizando em cada canto do universo, personagens como Dom Bosco, o pai e mestre dos jovens, vão se tornando paradigmas de vida dentro de um mundo hostil e cheio de conflitos. Houvesse mais mensageiros da esperança disseminando suas idéias, alicerçando seus ideais no campo sempre esquecido dos excluídos, quem sabe não teríamos uma humanidade mais estruturada nos princípios da fé, uma sociedade mais consentânea com a racionalidade de seus atos.

A imprensa falada e escrita esmera-se em informar tudo que lá fora rola. E muito do que denuncia transforma em campanhas educativas de como lutar por segurança, como defender nossos direitos, como evitar riscos a que sempre estamos expostos no vaivém de uma rotina que não muda. No entanto, pouquíssimas são as vezes em que se detém sobre um vulto histórico, sobre a vivência de uma alma santa, sobre a existência de um cidadão comum. A televisão, salvo raríssimas exceções, é uma verdadeira escola do crime e do erotismo. E é diante de suas imagens que se postam nossas crianças indefesas, nosso jovens despreparados para assistir tantas cenas de terror e banditismo. Apesar da distância que nos cerca dos dias de hoje à época em que viveu Dom Bosco, salutar se faz que a juventude conheça um pouco mais sobre a vida desse santo que, em sendo um menino de apenas 11 anos, órfão de pai, haveria de começar como empregadinho de estábulo, dormir num pequenino quarto na casa do patrão porque se lhe era impossível conviver com a violência

do irmão mais velho, até se tornar o fundador de inúmeros colégios salesianos, pela devoção que tinha em São Francisco de Salles.

Nascido aos 16 de agosto de 1815, teve em sua mãe, Margarida, uma simples camponesa analfabeta, a mulher que tinha sempre as mãos calejadas pelo trabalho, mas que sabia acariciar, no momento exato, a cabecinha de seus filhos. Dela herdou o equilíbrio, a vontade férrea de vencer, a fé inabalável em Deus, mesmo nos instantes mais sofridos de suas existências. Afinal, “Ele” sabia por quê. Nas crianças nunca via Dom Bosco traços de tristeza e muito menos de agressividade. Sua paixão eram os passarinhos. Ensina-os a assobiar. E um dia, ele, que foi o fundador da Sociedade da Alegria, quase morre de tristeza quando um gato, arrombando a gaiola do cancioneiro, comeu seu melro que o saudava diariamente com seu silvo modulado.

Mas o que mais nos extasia, em memórias narradas pelo grande visionário, são seus sonhos. E é João Bosco mesmo que nos conta ter tido um sonho aos 9 anos que haveria de ficar profundamente – e para sempre – gravado em sua memória. “Numa área bastante espaçosa brincava uma multidão de meninos. Alguns riam, não poucos blasfemavam. Ao ouvir aquelas blasfêmias, lancei-me imediatamente no meio deles, tentando, com socos e palavras, fazê-los calar.” E ele conclui: “Nesse momento apareceu um Homem venerando, nobremente vestido. Seu rosto era tão luminoso que eu não conseguia fixá-lo. Chamou-me pelo nome e disse: “Não com pancadas, mas com a mansidão e a caridade é que deverá ganhar esse amigo.” Contou o sonho aos seus que, paulatinamente, foram dando seus palpites: “Não deve ligar para sonhos.” “Vai ser pastor de ovelhas”. E sua mãe, mais conhecida de almas que de sonhos, dava o veredicto final: “Quem sabe se um dia não será sacerdote.” O caminho estava indicado. Árduo. Trabalhoso. Muito mais para espinhos que para rosas. Uma Itália que se agita em convulsões sociais. Uma Europa exausta e semeada de ruínas. Os órfãos da liberdade gritavam agora por paz. E João, apaixonado pelos livros, vai devorando livros emprestados à sombra de árvores amigas. Um dia lhe perguntaram:– Para que ler tanto assim? – Quero ser padre. E quanto lhe custou a via sacra pelas veredas sofridas da vocação. E como religioso há de ter como lema uma frase bíblica – “Dai-me almas, o mais não interessa.” E aos 15 anos, sem professor,

sem dinheiro, sem mais perspectivas para o futuro João Bosco chorava copiosamente: Sentia-se só ... terrivelmente só.

Uma chance se lhe abre. Almoço na marmitta, quilômetros a pé, caminha estradas pantanosas, ora sob o sol inclemente, ora sob impiedosa chuva, rumo à escola pública de Castelnuevo. Mas caminha feliz.

O homem que já se projeta no futuro, através de visões, sabe que aquela é também a escola da vida. Seu primeiro "hobby" a música. E mal poderia imaginar que do dedilhar das cordas tivesse de manejar o martelo e a lima e a forja para poder sobreviver. Mas foram esses instrumentos simples de trabalho que o levariam, anos mais tarde, a abrir oficinas para os jovens pobres da periferia de Turim. Mas era também preciso prosseguir os estudos. Mas de que jeito?

Novamente o menino que um dia ganhara tostões inventando jogos, arrisca-se galgar um pau-de-sebo muito alto, numa festa do padroeiro da aldeia de Montafia, cujo prêmio era uma bolsa com 20 liras. Uma pequenina fortuna para a época. E por mercê de Deus, ei-lo vencedor.

Dotado de uma memória prodigiosa retinha tudo o que aprendia e jamais esquecia os sonhos que, vez ou outra, o visitavam alguns verdadeiramente proféticos. Humilde e simples haveria de dizer um dia: "Sempre precisei de todos." E sobretudo de Nossa Senhora Auxiliadora, a quem invocava constantemente: "Maria, sede minha salvação." Daí as centenas de oratórias que criou para que os homens estivessem mais próximos de Deus.

Mas são os jovens necessitados, desempregados, a sua grande preocupação. Se a Revolução Industrial trazia o progresso, continha também em seu bojo uma ameaça para as crianças e juventude. Exploração do braço jovem com horas intermináveis de trabalho e um salário reduzidíssimo para as suas mais ínfimas necessidades. E o seu trabalho em prol dos desassistidos há de se perpetuar em sua obras, como pároco de almas e de homens, numa caminhada que lhe trouxe muita luz sem esquecer as ingratidões que lhe foram permeando os atalhos, na luta que há de ser sempre feroz entre oprimidos e opressores. E a própria Igreja não se lhe escapou nas marcas profundas que lhe deixou cravadas, pela intolerância de alguns clérigos, que muito longe estavam de alguns santos sacerdotes com quem conviveu, entre eles Domingos Sávio.

Quando morreu, muito pouco se sabia de sua existência ainda em seus verdes anos, mas suas memórias, as quais ele pediu que nunca fossem publicadas, nem antes e nem depois de sua morte, vieram à tona, mostrando o homem novo da Igreja, que despido da vaidade e de outros interesses, concentra nos jovens, sobretudo os mais pobres, todo o seu potencial de amor e de cristão preocupado com os destinos do humano ser. Devem-lhe muito os Colégios Salesianos, as Congregações das Filhas de Maria Auxiliadora, por haver criado esse mensageiro da esperança, espaços onde se abrigam, até hoje, corações que trazem dentro de si, o gérmen da fé em Cristo, a semente a se esparzir sempre no solo fértil de fazer, de cada criatura, um crente à altura do seu Criador.

Que Dom Bosco seja para nós todos, que vivemos a síndrome do medo e da desesperança, uma luz no fundo do túnel, transformando a sociedade da qual fazemos parte em um mundo novo, onde o respeito pelo outro, a crença num ser superior, o direito à Educação, à Saúde, sejam realmente o centro das atenções de todos aqueles que lutam por um mundo melhor, onde a paz, mais que a liberdade, seja o sonho de cada ser vivente.

## TEXTOS (Sugestões para seminários)

### DOS DANOS QUE TEM CAUSADO AO BRASIL A COBIÇA DEPOIS DO DESCOBRIMENTO DO OURO (ANTONIL)

Não há coisa tão boa que não possa ser ocasião de muitos males, por culpa de quem não usa bem dela. E até nas sagradas se cometem os maiores sacrilégios. Que maravilha, pois, que sendo o ouro tão fermoso e tão precioso metal, tão útil para o comércio humano, e tão digno de se empregar nos vasos e ornamentos dos templos para o culto divino, seja pela insaciável cobiça dos homens contínuo instrumento e causa de muitos danos!

Convidou a fama das minas tão abundantes do Brasil homens de toda a casta e de todas as partes, uns de cabedal, e outros vadios. Aos de cabedal, que tiraram muita quantidade dele nas catas, foi causa de se haverem com altivez e arrogância, de andarem sempre acompanhados de tropas de espingardeiros, de ânimo pronto para executarem qualquer violência, e de tomar sem temor algum da justiça grandes e estrondosas vinganças. Convidou-os o ouro a jogar largamente e a gastar em superfluidades quantias extraordinárias, sem reparo, comprando (por exemplo) um negro trombeteiro por mil cruzados e uma mulata de mau trato por dobrado preço, para multiplicar com ela contínuos e escandalosos pecados.

Os vadios que vão às minas para tirar ouro não dos ribeiros, mas dos canudos em que o ajuntam e guardam os que trabalham nas catas, usaram de traições lamentáveis e de mortes mais que cruéis, ficando estes crimes sem castigo, porque nas minas a justiça humana não teve ainda tribunal nem o respeito de que em outras partes goza, aonde há ministros de suposição, assistidos de numeroso e seguro presidio, e só agora poderá esperar-se algum remédio, indo lá

governador e ministros. E até os bispos e os prelados de algumas religiões sentem sumamente o não se fazer conta alguma das censuras para reduzir aos seus bispados e conventos não poucos clérigos e religiosos, que escandalosamente por lá andam, ou apóstatas ou fugitivos.

O irem também à minas os melhores gêneros de tudo o que se pode desejar, foi causa que crescessem de tal sorte os preços de tudo o que se vende, que os senhores de engenho e os lavradores se achem grandemente empenhados e que por falta de negros não possam tratar do açúcar nem do tabaco, como faziam folgadoamente nos tempos passado, que eram as verdadeiras minas do Brasil e de Portugal. E o pior é que a maior parte do ouro que se tira das minas passa em pó e em moedas para os reinos estranhos e a menor é a que fica em Portugal e nas cidades do Brasil, salvo o que se gasta em cordões, arrecadas e outros brincos, dos quais se vêem hoje carregadas as mulatas de mau viver e as negras, muito mais que as senhoras.

Nem há pessoa prudente que não confesse haver Deus permitido que se descubra nas minas tanto ouro para castigar com ele ao Brasil, assim como está castigando no mesmo tão abundante de guerras, aos europeus com o ferro.

*(Cultura e opulência do Brasil, pp.303-304.  
São Paulo, Editora Nacional, 1967)*

## BÁRBAROS NA PENÍNSULA IBÉRICA E NA ÁFRICA (SANTO ISIDORO)

Na era de 446, os Vândalos, os Alanos e os Suevos ocuparam a Espanha, mataram e destruíram muitos nas suas sangrentas incursões, incendiaram cidades e saquearam as propriedades assaltadas, de forma que a carne humana era devorada pelo povo na violência da fome. As mães comiam os filhos; e também os animais, que se haviam acostumado aos cadáveres dos que morriam pela espada, de fome ou de peste, eram mesmo levados a destroçar os vivos; desta maneira quatro pragas dizimaram toda a Espanha, sendo cumprida a predição divina que há muito tinha sido escrita pelos profetas.

Na era de 449, depois da terrível devastação das pragas pela qual a Espanha foi destruída, os Bárbaros, decididos finalmente pela graça de Deus a fazer a paz, sortearam as províncias para as ocupar. Os Vândalos e os Suevos ocuparam a Galécia; os Alanos, a província da Lusitânia e a Cartaginense; porém os Vândalos, abandonada a Galécia e depois de terem devastado as ilhas da província Tarraconense, tiraram à sorte a Bética.

Na era de 467 Genserico, que de católico se havia tornado apóstata, foi o primeiro levado a transitar para a perfídia ariana. Tendo abandonado a Espanha, atravessou com todos os vândalos e suas famílias, desde o litoral a província da Bética até a Mauritânia e África. Valentiniano Júnior, imperador do Ocidente, não se lhe podendo opor, fez a paz e concedeu pacificamente a parte da África que os Vândalos possuíam, aceites por um juramento as condições de que nada mais invadiriam. Genserico, porém, sobre cuja amizade ninguém duvidava, profanada a inviolabilidade do juramento, invadiu Cartago com o engano da paz e transferiu em seu próprio proveito todos os poderes depois de ter afligido os cidadãos com diversos gêneros de tormentos. Em seguida, devastou Sicília, cercou Panormo (a atual Palermo), introduziu a pestilença ariana por toda a África, afastou os sacerdotes das igrejas, fez muitos mártires e, de acordo com a profecia de Daniel, transmutados os mistérios, entregou as igrejas dos santos aos inimigos de Cristo. Não contente com as devastações de África, passou à Roma e destruiu os bens dos romanos durante catorze dias.

*(História de Regibus Gothorum, Vandalorum et Suevorum, "apud" Antologia de textos históricos medievais, pp. 9-11, de Fernanda Espinosa. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1972)*



# DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

## MENTALIDADE DO PAULISTA SETECENTISTA

Aluísio de ALMEIDA<sup>1</sup>

A psicologia coletiva é função das condições econômicas, jurídicas e políticas em que vivem os homens de um grupo. Ajuntaríamos condições culturais e até mesmo o fator biológico dos indivíduos. Herança conservada e modificada pela educação. E nem deve faltar a influência do meio físico.

O paulista dos setecentos herdou o caráter do paulista do século anterior, esculpido a golpes de facão do mato pela epopéia bandeirante. E modificou-o vagarosamente sem escurecer a face do que recebera, justamente no período de pouco mais de um século, que vai da descoberta dos grandes “placers” auríferos aos pródromos da Independência.

Isto parece a proposição de uma tese a desdobrar-se em provas. Não passa de uma hipótese de trabalho. Haverá coisa mais difícil do que retratar o gênio de um povo? Felizmente quem o faz reflete

---

1. De Aluísio de Almeida, pseudônimo de uma das grandes figuras do clero paulista, Monsenhor Luís Castanho de Almeida (1904-1981) já nos ocupamos na seção “Vultos da historiografia brasileira” do nº 102, desta publicação, correspondente ao segundo trimestre de 1981. Salientamos, então, que “com o mesmo zelo com que se consagrou ao ministério religioso, dedicou-se a pesquisas históricas e folclóricas, o que lhe propiciou escrever valiosas obras sobre a história paulista, especialmente de sua região natal, o Sul do Estado”. E de sua vasta produção destacamos particularmente uma biografia do Padre Feijó e o mais completo estudo até hoje elaborado sobre a Revolução Liberal de 1842 em São Paulo. Os últimos anos de sua vida foram dedicados a um dos mais importantes temas da história paulista: o tropeirismo e as famosas “feiras de Sorocaba”. Dele disse Hélio Damante ser o historiador por excelência do povo paulista. O artigo que aqui se transcreveu foi publicado em “*O Estado de S. Paulo*”, de 25 de março de 1972. (N. da R.)

apenas as opiniões de observadores leigos sem pretensões científicas. Nem por isso desmerecendo anotações, pois o bom senso e a lógica natural, quando não a própria evidência, é quem geram essas definições generalizadas sobre a mentalidade de um povo ou nação. Por exemplo, o fidalguismo quixotesco dos espanhóis.

E aqui entramos no que nos toca de perto. Entre outros o grande trabalhador e espírito lúcido que foi Afonso de Taunay, afirmou, mais de uma vez, terem os paulistas (de todos os séculos, aliás) herdado essa qualidade dos troncos castelhanos que enriqueceram a nossa genealogia: Riquelme, Contreras, Ponce de Leon, Gusmão, Camargo, Zunega, Toledo, Lara, Bueno, Rendon etc.

As anedotas, acontecidas ou não, descrevem, às vezes, em rápida síntese, o caráter de seus personagens. Seria seiscentista a historietta do paulista que levou ao Rei um cacho de bananas de ouro, e, perguntado que recompensa desejava, retrucou: “eu venho dar e não receber”. Ânimo grandioso que ressurgiu entre os fazendeiros de café. Aí por 1922 corria esta anedota: Um mineiro ia tomar o trem para o Rio de Janeiro e não o perdeu, de jeito nenhum. Um paulista chegou uns minutos atrasado. Dirigiu-se ao chefe da estação e falou alto: “mande aprontar um especial para o Rio de Janeiro”.

Entre esses dois extremos, o homem do século XVIII não mudou: por exemplo, foi traído em Minas mas voltou a São Paulo (1709) e arranhou um ricaço, Amador Bueno da Veiga, justamente trineto de sevilhanos, pôs-se debaixo de suas ordens e lá foi defender seu pundonor, sua honra ultrajada pelos Emboabas.

## MARCAS NO ROSTO

Vamos por partes: nessa herança cavalheiresca acrescida pela educação e pela glória das bandeiras – que a tradição oral transmitiu e jamais foi esquecida – notam-se vários aspectos, a grandiosidade ostentosa, a liberalidade consigo e com os outros, o desapego ao dinheiro (depois dos maiores sacrifícios para o ganhar), o patriotismo representado pela afeto ao Rei – encarnação da pátria luso-brasileira – e pela honra coletiva da pátria particular paulista, a valentia e coragem dos outros que venceram o sertão.

Sobre a liberalidade o Códice Costa Manso, miscelânea de informações setecentistas, conta uma anedota de 1702. José de Camargo Pimentel presidia com um sócio a lavagem do ouro pelos escravos de ambos. Das batéias o metal passava à bacia entre ambos. E ia subindo. Chegou uma mendiga. O Camargo afundou a manopla nos grãos dourados e botou nas mãos ou no vestido da pedinchona. O sócio gritou: olhai lá que isso é nosso! – É verdade, esqueci a vossa parte. E despejou no colo da felizarda outra manopla.

O episódio passou com o título de liberalidade camarguesa. O mesmo Códice, ao contar as lutas contra os Emboabas, refere que os paulistas davam a mão a muitos portugueses recém-vindos e que depois não foram gratos. Isso de ajudar outros a subirem, melhorando o seu “status” social, é enconradiço ainda neste nosso utilitário século XX, entre famílias antigas.

A ostentação (nem sempre boa qualidade) é bem própria de fidalgos que se prezam. Por que é que o rico potentado do Caaguaçu (perto da atual Avenida Paulista), pouco antes de 1709 entabou negociações com herdeiros de Pero Lopes de Sousa, aliás intrusos na capitania de Martin Afonso, para comprar por 40.000 cruzados a Capitania de São Vicente? Esse milionário, capitão-mor José de Góis e Moraes, não ia lucrar grandes juros no empate de tão grande capital. Restava ao donatário pouca renda: nomeação de escrivães militares, doação de sesmarias mediante selos ou módica taxa, e pouco mais.

Três ou mais enormes latifúndios já eram seus nos Campos Gerais além de Itararé. Tinha mineração. Escravaria. A sua casa grande como um palácio, melhor do que o sobradão que Dom Simão de Toledo Piza iria alugar para os governadores. De fato, o Magnânimo Dom João V não gostou de encontrar na América um rival. Com a serra de Paranapiacaba de permeio! E o ânimo independente dos Paulistas! Comprou a suposta capitania de São Vicente. A verdadeira, e muito maior sediada na modesta Itanhaem e por isso chamada capitania da Conceição, uns dizem que Pombal adquiriu mais tarde. Benedito Calixto dá a lista dos loco-tenetes dos donatários até o século XIX, mas o certo é que tudo se tornou São Paulo, já em 1680, feita capital São Vicente.

Este José de Góis e Morais morreu em 1763. Ainda se dignou ser Juiz Ordinário e Vereador, mas faltava às sessões quando havia boatos de bexigas, coisa que apavorava todo paulista, por amor das marcas deixadas no rosto.<sup>2</sup>

Talvez ao intento de Góis e Morais não estivesse ausente a idéia do lucro com a possível multiplicação de autoridades, sesmarias, propinas, etc., em todas as minas descobertas e por descobrir. Pois a epopéia anterior era, antes de tudo, em ciclo econômico, embora somente realizável por vultos homéricos.

## VALENTIA PAULISTA

E valentes. Os paulistas dos setecentos, mesmo na aparente e discutida derrota da guerra contra os Emboabas. Valentes (Pascoal Moreira, Antunes Maciel, Sutil, Bartolomeu Bueno) nos descobrimento de Mato Grosso e Goiás, valentes na utilização da estrada do sul aberta em 1733, valentes nas expedições militares contra os castelhanos, nas viagens ao cemitério de Iguatemi.

Aqui deixamos o aspecto cavalheiresco e espanholista. Qualquer nação pode ser valente. Um paulista valente, o Padre Feijó, dizia no Senado que a coragem não consistia em não ter medo, mas em vencer o medo. E quanto medo não venceu aquela gente! A Legião de São Paulo – setecentista – muito deu a celebrada valentia gaúcha, pelo sangue e pelo exemplo.

Um adjetivo mais próprio seria “valoroso”. Empregou-o governador Conde de Sarzedas relatando ao Rei a expedição contra os paiaguás, 1733-1734. Gabriel Antunes Maciel era “um paulista valoroso”. Sujeito corajudo, diriam hoje. Valentão é pejorativo de valente, valente fora da conta, por vaidade.

Os “Relatos Sertanistas” contam, pela letra de um reinol instruído, a valentia dos paulistas entrando, mesmo a pé, com o seu

---

2. As bexigas ainda alcançaram a primeira década deste século. O serviço Sanitário fundou em 1892 uma seção de vacinas, sob a direção de Arnaldo de Carvalho. Emílio Ribas entra na glória desse Serviço Sanitário até 1913. Um deputado apresentou um projeto dando-lhe um prêmio em dinheiro. Ele recusou. Paulista valeparaibano dava, não recebia. O herói que se submeteu em fins de 1902 à mordida do mosquito “*Stegomya fasciata*” era modesto como um paulista antigo e fidalgo. O dinheiro não era o seu forte.

séquito de bastardos e escravos, os arraiais mineiros. Mas um mesmo valente pode degenerar em valentão.

Sinônimo de valentão ou quase sinônimo, é matador. Havia paulistas matadores, geralmente escravos, índios agregados ao patriarcalismo da época. E nobres ou senhores degenerados. Sobre o caso célebre dos Irmãos Leme, ainda não se fez luz completa, pois os acusadores queriam apossar-se do seu ouro. Em suma exageravam a sua malvadez e Pedro Taques se enganou em muitos fatos que soube por tradição.

Matavam também por um falso sentimento de honra e, então, chegavam à crueldade de sacrificar o próprio sangue a essa Astarté de piores bofes ou ventre. O caso de Oliveira Leitão, que matou o filho por mera suspeita, ou fossem em São Paulo, no relato de Pedro Taques, ou em Pitangui, segundo apurou Feu de Carvalho, é horroroso, tanto quanto a matança do casal inocente que originou outras mortes entre Pires e Camargos. Aqui entram as considerações de educação, tempo e ambiente e até, quem sabe, a garoa soturna e melancólica. Serafim Leite descobriu várias mediações dos jesuítas do Colégio para pacificar os valentes.

No “Diário de Viagem” de Teotônio José Juzarte a Iguatemi há um episódio sobre o tal pundonor, desenrolado entre o comum povo, sem fumaças de didalguia, em 1771. Antes de partir a expedição de quase oitocentas pessoas, no porto de Araritaguaba, do outro lado onde não havia aquela casa que aparece no quarto de Almeida Júnior, um moça deu à luz à vista de todos, assistida por uma bastarda (espécie de mucama meio índia) e pela mãe. Juzarte precisou guardar a pobre moça com sentinela à vista, inclusive depois na canoa, porque o pai e os irmãos queriam matá-la. A ela, à mãe e à bastarda, que talvez fosse a alcoviteira.

## DE POUCA FALA

Um tipo comum de paulista era o excessivamente introvertido. Mais ou menos introvertidos foram todos os de serra acima, em razão do meio físico, enquanto os praianos, mais expansivos, extrovertidos. O mesmo Juzarte já na altura de Curuca (Tietê) encontrou no pouso um homem daqueles muitos, atacados pela terrível “corrução”, que se isolara, não pedia comida, ai ficar para morrer só. Chama-o de

acanhado. O tipo chegou a nossos dias. A pessoa fica misantropa, foge de gente, tem vergonha, é caipira. Outro, sem serem acanhados, preferem a solidão, mudam-se para longe dos parentes. Resultado do temperamento, sim, e também dos genes de avós que passaram a vida na solidão da selva. O paulista Lacerda e Almeida menciona em seu Diário “o homem só”, o último habitante, por 1780, do Tietê abaixo. E que se surtia de alguma coisa dos viandantes e da própria roçada. O caipira – conservador de costumes e frases antigas – afirma: Fulano sofre “balanconia”.

Esse isolamento ocasiona o “paulista desconfiado”, tipo muito comum. Muitos se gloriavam: sou paulista desconfiado. A palavra inclui o sentido do homem de pouca fala com os desconhecidos. Custa a abrir-se. Paulista é teimoso, herança bem portuguesa, e, como Feijó, homem de um só parecer, de antes quebrar do que torcer, na velha referência de Sá de Miranda aos lusitanos. Daí o guardar as ofensas, é durão, como se diz atualmente. Por bem, dá a camisa do corpo, aplicando a liberalidade.

Por mal, nem um tostão. Feijó e Martim Francisco, ambos setecentistas de nascimento, brigaram. O segundo manda pedir paz ao segundo. Diga-lhe que comigo é uma vez só.

E assim chegamos aos Andradas. A leitura de suas cartas, expansões íntimas a Menezes Drummond, convencem-nos de que não tanto cultivavam o falado “orgulho andradino”, quanto, simplesmente, o caráter bem paulista dos antigos “potentados em arcos”, chamados no setecentismo “poderosos”, acostumados ao mando e conscios de seu imenso valor. Eram muito francos. O paulista antigo não falava mal dos ausentes, diz o que precisa dizer cara a cara, não enfeita o triste advérbio negativo com perífrases inúteis e, nisto, é cem por cento português da velha cepa.

Por fim, a independência dos paulistas recebe a consagração de vários textos amigos e inimigos, fruto do gênero de vida tão diverso do de outros brasileiros, até florescer na lenda européia da república dos Paulistas Desesperados.

# ESTRANGEIROS QUE ESCREVERAM SOBRE O BRASIL

## HANS STADEN (SÉC. XVI)

A Hans Staden, artilheiro alemão que em meados do século XVI esteve no Brasil, não só no exercício de sua profissão, mas também como prisioneiro de indígenas na região de Ubatuba, no litoral de São Paulo, devemos o mais antigo livro publicado sobre nosso país. De fato, o que se conhece anterior a Hans Staden são breves notícias às vezes imprecisas e nem sempre muito corretas, como as cartas de Américo Vespucci, alguns capítulos do “Paesi nuovamente retrovate”, a “Nova Gazeta da Terra do Brasil” e outros que tais. Livro “mesmo”, a prioridade cabe ao simpático artilheiro prisioneiro de Ubatuba.

Com o seu conhecimento da terra e o sentido muito acurado de observação, pôde Hans Staden traçar um quadro bastante informativo e verdadeiro das regiões por onde andou. Eis porque, com toda a sua simplicidade e às vezes até ingenuidade (ou talvez por isso mesmo...) seu texto é altamente valorizado e sempre citado pelos estudiosos dos nossos primeiros tempos.

Seu livro foi publicado em Marpurgo, Alemanha, em 1557. Constava de duas partes: a primeira com 53 capítulos, narrando suas aventuras, a “verdadeira história”, como ele fazia questão de afirmar; e a segunda, com 37 capítulos, dedicada à descrição da terra, seus habitantes, usos e costumes e ainda às plantas e animais. As duas partes são encerradas com expressivas orações, a primeira pedindo a Deus que o livrasse da morte iminente nas mãos dos selvagens, e a segunda, desejando ao leitor a graça e a paz de Deus. As numerosas ilustrações, quase uma em cada página, representando cenas e aspectos da vida brasileira, constituem os mais antigos documentos pictóricos referentes ao nosso país.

Parece-nos significativo observar que, de tudo quanto se publicou sobre o Brasil nos primeiros tempos, nenhum texto obteve maior repercussão que o de Hans Staden, com mais 50 edições tiradas na Europa antes que aparecesse a primeira edição brasileira, o que só ocorreu em 1892. E não só em língua alemã, mas também em holandês, inglês, francês e até em latim. Passaram-se realmente mais de 300 anos sem que o famoso relato de Hans Staden viesse a ser conhecido no país de que ele trata, e ainda assim com pouca divulgação, pois a tradução então publicada o foi não em livro, mas na Revista do Instituto Histórico Brasileiro, de circulação restrita. E ainda com o grave inconveniente de não ser uma tradução direta do original alemão, mas da edição francesa publicada em Paris, em 1839.

Ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo coube a iniciativa da primeira publicação de uma tradução direta e tirada em livro, isso no ano de 1900, numa edição comemorativa do quarto centenário do descobrimento do Brasil. Incumbiu-se da tradução Alberto Loefgren, botânico sueco na época residindo em São Paulo e foi o texto enriquecido com valiosas notas de Teodoro Sampaio. Esta edição foi, trinta anos depois (1930) aproveitada pela Academia Brasileira de Letras para uma reedição bem mais cuidada e de melhor apresentação gráfica que a do Instituto Histórico de São Paulo.

Todavia, em meados da década de 20 do século passado, antes, portanto, que aparecesse a edição da Academia Brasileira, o relato de Hans Staden despertou a atenção e o interesse de Monteiro Lobato, que dele fez uma edição adaptada, em linguagem mais simples, com o intuito de divulgá-lo amplamente. Mais ainda: o escritor paulista fez do livro uma adaptação infantil, com larga difusão entre a garotada de então.

Bem mais tarde (1942), sob os auspícios da Sociedade Hans Staden, de São Paulo, publicou-se uma edição bem mais completa (incluindo a segunda parte), com anotações de Francisco de Assis Carvalho Franco e que foi, 30 anos depois, reeditada pela Itatiaia, de Belo Horizonte, na preciosa coleção “Reconquista do Brasil”. De então para cá, diversas outras edições apareceram (dez ou doze), tornando o livro de Hans Staden o mais divulgado de quantos foram escritos por viajantes estrangeiros.

A “seleta” que a seguir transcrevemos foi extraída da edição Carvalho Franco, de 1942, pp. 179-185.

## SELETA

### SOLENIIDADES DOS SELVAGENS POR OCASIÃO DA MATANÇA DOS SEUS INIMIGOS

Hans STADEN

Quando trazem para casa um inimigo, batem-lhe as mulheres e as crianças primeiro. A seguir colam-lhe ao corpo penas cinzentas, raspam-lhe as sobrancelhas, dansam-lhe em torno e amarram-no bem, a fim de que não lhes possa escapar. Dão-lhe então uma mulher, que dele cuida, servindo-o também. Se tem dele um filho, criam-no até grande, matam-no e o comem quando lhes vem à cabeça.

Dão de comer bem ao prisioneiro. Conservam-no por algum tempo e então se preparam. Para tanto fabricam muitas vasilhas, nas quais põem sua bebidas e queimam também vasilhame especial para os ingredientes com que o pintam e enfeitam. Alem disso fazem borlas de penas que amarram ao tacape com que o matam. Fabricam também uma longa corda, chamada mussurana. Com esta o amarram, antes de executá-lo.

Assim que tudo está preparado, determinam o tempo em que deve morrer o prisioneiro e convidam os selvagens de outras aldeias para que venham assistir. Enchem então de bebidas todas as vasilhas. Um ou dois dias antes das mulheres fabricarem as bebidas, conduzem o prisioneiro um ou duas vezes ao pátio dentre as cabanas e dansam-lhe em volta.

Logo que estão reunidos todos os que vieram de fora, dá-lhes as boas vindas o principal da choça e diz: “Vinde agora e ajudai a comer o vosso inimigo”. Amarram a mussurana em torno do pescoço do prisioneiro e pintam o ibirapema com que o pretendem matar.

Estando o ibirapema como deve, ornado com borlas de penas e outros enfeites, será pendurado acima do chão, numa vara, numa choça vazia. Os selvagens catam então, através da noite toda, em volta desta choça. Do mesmo modo pintam o rosto do prisioneiro. Quando principiam a beber, levam consigo o prisioneiro, que bebe com eles, e com o qual se divertem. Acabada a bebida, descansam no outro no outro dia e constroem para o prisioneiro uma pequena cabana no local em que deve morrer. Aí passa ele a noite, sendo bem vigiado.

Pela manhã, bem antes do alvorecer, vêm ele, dansam e cantam em redor do tacape com que o querem executar, até que o dia rompa. Tiram, então, o prisioneiro da pequena choça e derrubam-na, fazendo um espaço limpo. Em seguida desatam-lhe a mussuruma do pescoço, passam-lh'a em volta do corpo retesando-a de ambos os lados. Fica, ele, então, no meio, bem amarrado. Muita gente segura a corda nas duas extremidades.

Entrementes, afasta-se aquele que o vai matar, com outros treze ou quatorze. quando retorna ao prisioneiro, entrega-lhe o tacape aquele que com ele se acha em pé, em frente ao capturado; vem então o principal da cabana, toma a arma e mete-lha entre as pernas. Consideram isto uma honra. A seguir retoma o tacape aquele que vai matar o prisioneiro e diz; “Sim , aqui estou eu, quero matar-te, pois tua gente também matou e comeu muitos dos meus amigos”. Responde-lhe o prisioneiro: “Quando estiver morto, terei ainda muitos amigos que saberão vingar-me”. Depois, golpeia o prisioneiro na nuca, de modo que lhe saltem os miolos, e imediatamente as mulheres levam o morto, arrastam-no para o fogo, raspam-lhe toda a pele, fazendo-o inteiramente branco, e tapando-lhe o anus com um pau, a-fim de que nada dele se escape.

Depois de esfolado, toma-o um homem e corta-lhe as pernas, acima dos joelhos, e os braços junto ao corpo. Vêm então as quatro mulheres, apanham os quatros pedaços, correm com eles em torno das cabanas, fazendo grande alarido, em sinal de alegria. Separam após as costas, com as nádegas, da parte dianteira. Repartem isto entre si. As vísceras são dadas ás mulheres. Fervem-nas e com o caldo fazem uma papa rala, que se chama mingau, que elas e as crianças sorvem. Comem essas vísceras, assim com a carne da cabeça. O miolo do crânio, a língua e tudo o que podem aproveitar, comem as

crianças. Quando o todo foi partilhado, voltam para casa, levando cada um seu quinhão.

Quem matou o prisioneiro recebe ainda uma alcunha, e o principal da choça arranha-lhe os braços com o dente de um animal selvagem. Quando esta arranhadura sara, vêm-se as cicatrizes, que valem por um ornato honroso. Durante esse dia, deve o carrasco permanecer numa rede, em repouso. Dão-lhe um pequeno arco, com uma flecha, com que deve passar o tempo, atirando um alvo de cera. Assim procedem para que seus braços não percam a pontaria, com a impressão da matança.

Tudo isso eu vi, e assisti.



## RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em "A Federação", jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas.)

### 386. UM SUECO A QUEM O BRASIL MUITO DEVE

Em nota anterior, tratando de Hans Staden, autor do primeiro livro publicado sobre o nosso país, fizemos referência a Alberto Loeffgren, o primeiro a publicar dele uma tradução direta, editada em 1900 pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Apraz-nos hoje dizer alguma coisa sobre o tradutor, realmente um sueco "a quem muito deve o Brasil". Nascido em 1854 na capital de seus país, veio para o Brasil pouco depois de formado em ciências naturais pela Universidade de Upsala (1874), integrando uma missão científica organizada pela Academia das Ciências da Suécia.

Radicou-se em nosso país, aqui vivendo até o seu falecimento, em 1918. Fixou-se primeiramente em Campinas, onde exerceu o magistério e trabalhou na Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Transferindo-se para a Capital, integrou a Comissão Geológica e Geográfica criada por Orville Derby, tendo a seu cargo a seção de Botânica, sua especialidade. Por sua iniciativa, foi criado pelo Governo do Estado o Horto Florestal da Serra da Cantareira, uma das grandes reservas ecológicas da capital paulista. Deve-se-lhe a instituição do "Dia da Árvore", de tanta significação em nosso calendário cívico.

Em 1908 deixou o Estado de São Paulo para dirigir a seção de Botânica da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, no

Nordeste, o que lhe propiciou escrever trabalhos sobre a região. A partir de 1913 tornou-se um dos diretores do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, cargo que exerceu até o seu falecimento, em 1918.

Residia em São Paulo quando da fundação do Instituto Histórico e Geográfico (1894), razão pela qual se tornou um dos fundadores da prestigiosa e centenária Instituição. Pertenceu a numerosas entidades científicas brasileiras e estrangeiras.

Além de numerosa produção científica na área de sua especialidade (a Botânica), prestou assinalado serviço à cultura brasileira traduzindo para a nossa língua textos importantes da bibliografia histórica e científica. Já mencionamos em nota anterior dever-se a ele a primeira tradução direta do original alemão do famoso relato de Hans Staden. Mas, devemos-lhe também as traduções das obras de Freyreiss sobre uma viagem ao interior do Brasil; de Lindmann sobre a vegetação do Rio Grande do Sul; e de Warning, sobre a lagoa Santa. E Ainda a do trabalho de Martius sobre o Direito entre os indígenas brasileiros e a descrição da viagem a São Paulo em 1813, de Gustavo Beyer, publicada originalmente em 1912 na Revista do Instituto Histórico de São Paulo e por nós há pouco reeditada, com prefácio e notas, pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Suas excelentes traduções podem ser encontradas em edições da Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, na preciosa coleção “Reconquista do Brasil”, com anotações do saudoso botânico paulista Mário Guimarães Ferri.

Pelos relevantes serviços que prestou particularmente à cidade de São Paulo ao tempo em que nela residiu, a municipalidade paulistana tributou-lhe a merecida homenagem dando seu nome a uma importante via pública – rua Loefgren – em Vila Clementino. Cremos não ter exagerado ao considerá-lo “um suco a quem o Brasil muito deve”. 15-12-2001.

### **387. ANTIGAS FONTES PARA A HISTÓRIA PAULISTANA**

As mais antigas fontes para o estudo da História de São Paulo que remontam ao primeiro século (XVI) não foram tão logo postas ao alcance dos pesquisadores. Referimo-nos à documentação de origem jesuítica, constante de cartas, informações, relatórios, enfim tudo o

que os discípulos de Santo Inácio se viam na necessidade de escrever a fim de dar conta aos seus superiores da Ordem, de suas atividades no Brasil.

Esse riquíssimo material dos mais alto interesse para o conhecimento da vida íntima dos primeiros tempos de São Paulo, só começou a se tornar conhecido em fins do século XIX, por iniciativa de Alfredo Valle Cabral e Capistrano de Abreu. Os três volumes então publicados foram reeditados pela Academia Brasileira de Letras nos anos de 1931 a 1933, na seguinte ordem: 1. Cartas do Padre Manuel da Nóbrega; 2. Cartas Avulsas, de vários missionários; e 3. Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do Padre José de Anchieta.

Alguns anos mais tarde (1940), por iniciativa do Padre Serafim Leite, o mais conhecido historiador dos jesuítas no Brasil, apareceu novo volume, em complemento àqueles editados pela Academia Brasileira, contendo “Novas Cartas Jesuíticas”. E bem mais tarde (1954), numa edição comemorativa do quarto centenário da cidade de São Paulo, o mesmo Padre Serafim Leite promoveu a publicação de mais três alentados volumes contendo “Cartas dos Primeiros Jesuítas”.

Convém lembrar que as pesquisas em torno da documentação jesuítica não se encerraram, como o provam os diversos volumes publicados posteriormente pelo saudoso Padre Hélio Abranches Viotti, que continuou, por muito tempo, no Brasil, a grande obra iniciada em Portugal pelo Padre Serafim Leite. Lembramo-nos de ter ouvido do padre Viotti, nosso preclaro confrade na Academia Paulista de Letras, que suas pesquisas talvez implicassem em mais de uma dezena de volumes. Infelizmente, seu estado de saúde, bastante agravado nos últimos tempos e implicando em seu falecimento, veio nos privar do precioso documentário então iniciado. Tomara que haja, na Ordem, alguém disposto a prosseguir na tarefa empreendida pelo nosso querido amigo e confrade.

Com relação a Fernão Cardim, que com Nóbrega e Anchieta, constitui a “trindade” inicial dos grandes informantes da Companhia de Jesus, seus três escritos – Narrativa epistolar”, “Tratado do Clima do Brasil” e “Sobre a origem dos índios Brasileiros” – embora publicados isoladamente em meados do século XIX, só no século XX (1925) foram reunidos para formar o volume que atualmente se conhece com o título “Tratados da terra e da gente do Brasil”.

Uma das primeiras descrições de São Paulo é a que se deve a D. Luís de Cespedes Xeria, governador do Paraguai, que empreendeu memorável jornada a fim de tomar posse de seu cargo, cujo texto integral cremos nunca tenha sido publicado; deve-se-lhe, contudo, o mais antigo documento iconográfico que se conhece sobre São Paulo e que tem sido divulgado numerosas vezes, inclusive ilustrando capas de livros.

O mesmo se poderá dizer de outro roteiro famoso, em ordem inversa, do Paraguai a São Paulo (antes da própria fundação da urbe de Piratininga) e no qual se encontra a única descrição da antiga vila de Santo André da Borda do Campo (Ulrico Schmiedl). Dois exemplos, portanto, que mereciam maior divulgação para que deles tomassem conhecimento os interessados na história paulista. 22-12-2001.

### **388. DOM DUARTE, ARCEBISPO E HISTORIADOR**

Em conversa recente com distinto confrade da Academia Paulista de Letras, lembrou-nos ele de uma sensível ausência na bibliografia histórica brasileira: um estudo sobre a contribuição do clero a essa bibliografia. E vieram-nos à mente, desde os tempos coloniais, numerosos nomes que bem figurariam nessa galeria. Por coincidência, tínhamos em mãos o livro de um desse sacerdotes-historiadores: o de autoria de Dom Duarte Leopoldo e Silva intitulado “O Clero e a Independência”, publicado originalmente pelo Centro Vital do Rio de Janeiro, em 1922 e reeditado cremos que apenas uma vez, meio século depois, pelas Edições Paulinas. Nesse meio século o pequeno livro não envelheceu, embora, como se tem reconhecido, “não fossem exaustivos os estudos nele realizados”. Não é, pois, sem propósito que evocamos nesta nota a significativa figura desse arcebispo-historiador.

Elemento proeminente da Igreja brasileira, especialmente da paulistana, da qual foi o primeiro Arcebispo metropolitano, Dom Duarte Leopoldo e Silva nasceu em Taubaté, a 4 de abril de 1867, descendente de velhos troncos paulistas. Seus primeiros estudos realizou-os em sua cidade natal e em São Paulo. Preferiu, de início, a carreira médica, chegando a matricular-se na faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que precisou abandonar devido a precárias condições de saúde.

Sentindo-se vocacionado para o sacerdócio, matriculou-se no Seminário Episcopal de São Paulo em 1887. Após ter lecionado durante um ano no próprio Seminário, assim que recebeu a ordenação foi designado coadjutor da paróquia de Jaú, transferindo-se logo depois para a de Santa Cecília, na capital paulista. À frente dessa paróquia realizou, além de consagrada obra espiritual, importantíssima obra material, qual a construção de seu grande templo, um dos mais belos da cidade de São Paulo.

Tendo sido nomeado em 1904 bispo de Curitiba, em sucessão a Dom José de Barros, que viera transferido para a diocese paulistana, pouco se demorou na capital paranaense, pois chamado novamente para suceder ao mesmo Dom José de Barros, que falecera num naufrágio, fixou-se de vez em São Paulo. E desde então e até o seu falecimento aos 13 de novembro de 1938, esteve à frente da Igreja paulistana, sendo o primeiro de seus antístites a receber as honras da sagração arquiépiscopal.

Afeiçoado aos estudos de História, pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, enriquecendo, no já centenário sodalício da rua Benjamin Constant, a galeria dos sacerdotes-historiadores, ou, melhor dizendo, dos historiadores da Igreja.

Sua bibliografia compreende, além de trabalhos de natureza pastoral, o estudo “A concordância dos Santos Evangelhos”, as “Notas para a história eclesiástica de São Paulo” e, como sua obra mais importante, a já mencionada “Clero e a Independência”, que está bem a merecer uma reedição. 19-1-2002.

### **389. POLÍGRAFO DE EXPRESSIVA SIGNIFICAÇÃO**

Em colaboração publicada nesta mesma folha há já bastante tempo tecemos comentários ao livro “Fabordão”, de João Ribeiro, salientando o que nele havia de interesse para os estudos históricos, o que significava quase o livro todo. Uma nova consulta ao mesmo “Fabordão” sugeriu-nos divulgar alguma coisa sobre o grande historiador, crítico, folclorista e filólogo, enfim um “polígrafo de expressiva significação”, título que julgamos apropriado a esta nota, e que viveu entre 1860 e 1934.

Deixou variadíssima obra abrangendo numerosos campos de seu interesse. Sua “História do Brasil” (para o curso superior, como

se inscrevia na própria capa), aparecida em 1900, portanto há mais de cem anos, marcou época por ser o primeiro manual a apresentar uma visão superior e científica de nossa evolução histórica, não se importando apenas, como de comum acontecia, com a narrativa apenas fatural.

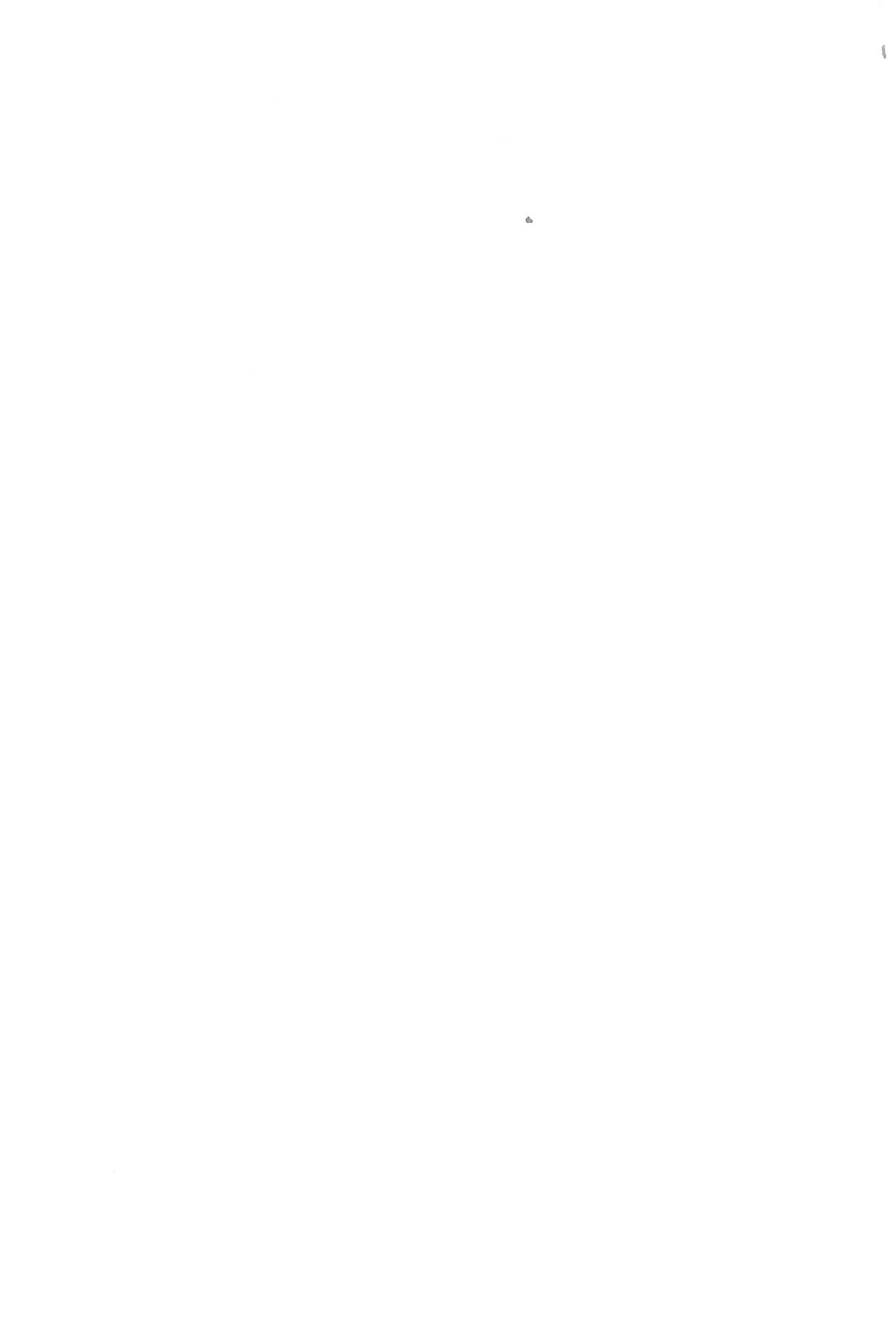
Transferindo-se para o Rio de Janeiro, prestou concurso para o cadeira de Português no Colégio Pedro II. Todavia, foi nomeado não para a cadeira de Português, mas para a de História. A partir desse momento, divide-se o nosso autor entre a Filosofia e a História, matérias em que grangeou notoriedade, principalmente na Filologia, sobre a qual versa a maior parte de sua imensa produção. Mas, a necessidade de ensinar História levou-o a preparar manuais para essa matéria (coisa inexistente entre nós na ocasião). O que fez com que seu nome seja sempre citado como um dos pioneiros do ensino da História e da elaboração de livros didáticos para essa disciplina.

Viajou para a Alemanha em fins do século XIX e só por se encontrar fora do Brasil deixou de participar da fundação da Academia Brasileira de Letras em 1897. Mas nela ingressou um ano depois, assim que se verificou a primeira vaga, que foi a do poeta Luís Guimarães Júnior. Tornou-se, assim, João Ribeiro, o primeiro acadêmico eleito após a constituição da Academia.

Dotado de profundo conhecimento da cultura alemã, falando e escrevendo o alemão como a própria língua, este seu germanismo aparece freqüentemente nos seus escritos, em especial nas “Notas de um Estudante” (1922), em “Colméia”(1923) e na própria “História do Brasil”, que reflete a influência da grande obra de Handelman, aparecida em Berlim em 1860 e que só em 1931 seria traduzida para a nossa língua. Foi, assim, João Ribeiro um dos poucos (talvez o único...) dos nossos historiadores a tomar conhecimento, da obra do autor alemão, considerada atualmente, por muitos críticos, a maior obra da historiografia brasileira. Envaideceu-nos, e muito, o convite para prefaciar e anotar a mais recente edição dessa obra (Melhoramentos, 1978 e Itatiaia, 1982).

Embora valiosa sua contribuição à historiografia brasileira, maior, contudo, é sua contribuição à filologia, da qual destacamos preferentemente “Estudo filológicos”, “Curiosidade verbais”, “Frases feitas” e “A língua nacional”. 26-1-2002.





# UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

## I- INSTITUTOS

1. Instituto de Artes, Comunicações e Turismo
2. Instituto de Ciências Biológicas e Química
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

## II- FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

## III- INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino  
Colégio de Aplicação "Pio XII"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

Composto e impresso nas oficinas da

**Editora Átomo**

Rua Tiradentes, 1053 - Jd. Guanabara - Campinas - SP  
CEP 13023-191 - PABX: (19) 3232.9340 e 3232.2319  
[www.atomoalinea.com.br](http://www.atomoalinea.com.br)

